

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

EDUARDO MARQUEZIN FAUSTINI

**NACIONALISMO E PAN-AFRICANISMO NA ÁFRICA PÓS-INDEPENDÊNCIA: OS
CASOS DE GANA E TANZÂNIA**

**Porto Alegre/RS
2022**

EDUARDO MARQUEZIN FAUSTINI

**NACIONALISMO E PAN-AFRICANISMO NA ÁFRICA PÓS-INDEPENDÊNCIA: OS
CASOS DE GANA E TANZÂNIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Políticas Públicas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Analúcia Danilevicz Pereira

**Porto Alegre/RS
2022**

CIP - Catalogação na Publicação

Marquezin Faustini, Eduardo
Nacionalismo e Pan-Africanismo na África
Pós-Independência: Os casos de Gana e Tanzânia /
Eduardo Marquezin Faustini. -- 2022.
87 f.
Orientadora: Analúcia Danilevicz Pereira.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Políticas
Públicas, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Pan-Africanismo. 2. Nacionalismo. 3. Socialismo
Africano. 4. Gana. 5. Tanzânia. I. Danilevicz Pereira,
Analúcia, orient. II. Título.

EDUARDO MARQUEZIN FAUSTINI

**NACIONALISMO E PAN-AFRICANISMO NA ÁFRICA PÓS-INDEPENDÊNCIA: OS
CASOS DE GANA E TANZÂNIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Políticas Públicas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Analúcia Danilevicz Pereira

Porto Alegre, 28 de março de 2022.

Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira – Orientadora UFRGS

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini – UFRGS

Prof. Dr. Leonardo Granato – UFRGS

Prof. Dr. Nilton César Fernandes Cardoso – Universidade de Cabo Verde (UNICV)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à República Federativa do Brasil e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela possibilidade de realizar meus estudos em uma instituição de ensino pública e de excelência. Agradeço igualmente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da qual recebi uma bolsa de estudos para a realização da presente pesquisa.

Agradeço à professora Analúcia Danilevicz Pereira pela orientação desde meu ingresso no Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) em 2018 sob sua coordenação e no âmbito do qual recebi apoio para a realização deste trabalho. Agradeço aos colegas do CEBRAFRICA, com os quais dividi tarefas e ideias. Agradeço ainda ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, aos seus professores e funcionários.

Por fim, devo a concretização desse trabalho em tempos pandêmicos aos meus amigos, família e ao meu companheiro. Obrigado pelos conselhos, pela diversão e pela compreensão.

RESUMO

A construção dos Estados africanos no pós-independência contou com inúmeras influências, entre as quais se destacam o pensamento pan-africanista e o “socialismo africano”. O pan-africanismo, inicialmente um movimento criado pelos africanos da diáspora para reivindicar direitos políticos, ganhou uma nova dinâmica no contexto da luta anticolonial. Ele passou a informar a atuação de líderes nacionais, que enxergaram na integração regional do continente um caminho para a promoção do desenvolvimento e superação dos problemas decorrentes do colonialismo. No entanto, o ambiente no qual eles buscaram realizar suas aspirações foi marcado pelas necessidades de acomodação dos diversos grupos e interesses dentro dos Estados independentes, isto é, pelos desafios da construção e consolidação da nação. Era necessário, em um curto espaço de tempo, edificar uma comunidade nacional e encontrar as ferramentas para garantir a legitimidade do novo governo. Nesse contexto, alguns líderes africanos passaram a defender a política do “socialismo africano”, que combinava elementos do nacionalismo desenvolvimentista, com o socialismo, o neutralismo e o resgate de elementos tradicionais africanos. Dessa forma, o problema de pesquisa do presente trabalho trata da relação complementar entre pan-africanismo, nacionalismo e “socialismo africano”. O pan-africanismo era uma ideologia aliada ao nacionalismo para a consolidação regional dos novos Estados. O “socialismo africano”, por sua vez, informou as políticas domésticas, oferecendo uma ideologia de desenvolvimento e de organização política. A fim de demonstrar essa relação complementar foram realizados dois estudos de caso: Gana durante o governo de Kwame Nkrumah (1951-1966) e Tanzânia durante o governo de Julius Nyerere (1961-1985).

Palavras-chave: Pan-africanismo; Nacionalismo; Socialismo Africano; Gana; Tanzânia

ABSTRACT

The state-building process in post-independence Africa had numerous influences, among which Pan-Africanism and “African socialism” stand out. Pan-Africanism, initially a movement created by Africans in the diaspora to claim political rights, gained a new dynamic in the context of the anti-colonial struggle. It began to inform the actions of national leaders, who saw regional integration as an alternative to promote development and overcome the problems of colonialism. However, the environment in which they sought to realize their aspirations was marked by the needs of accommodation of different groups and interests within independent states, that is, by the challenges of nation building. It was necessary, in a short period of time, to build a national community and to find the tools to guarantee the legitimacy of the new government. In this context, some African leaders began to defend the policy of “African socialism”, which combined elements of developmental nationalism with socialism, neutralism and traditional African elements. Thus, the research problem of the present work discusses the complementary relationship between Pan-Africanism, nationalism and “African socialism”. Pan-Africanism was an ideology allied to nationalism for the regional consolidation of the new States. “African socialism”, in turn, informed domestic policies, offering an ideology of development and political organization. In order to demonstrate this complementary relationship, two case studies were carried out: Ghana during the government of Kwame Nkrumah (1951-1966) and Tanzania during the government of Julius Nyerere (1961-1985).

Keywords: Pan-Africanism; Nationalism; African Socialism; Ghana; Tanzania

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AWM - Association of West Africa Merchants

ANC – African National Congress (África do Sul)

ANC – African National Congress (Tanzânia)

BCP – Basutoland Congress Party

CAA – Centro de Assuntos Africanos

CAO – Comunidade da África Oriental

CPA – Conferência dos Povos Africanos

CPP – Convention People's Party

CEAI – Conferência dos Estados Africanos Independentes

EAA – Escritório de Assuntos Africanos

FRELIMO – Frente para Libertação de Moçambique

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

GTUC – Ghana Trades Union Congress

OUA – Organização da Unidade Africana

MAS - Mouvement Socialiste Africaine

MCP – Malawi Congress Party (MCP)

MNC - Mouvement National Congolais

MPLA – Movimento Pela Libertação de Angola

NCNC - National Council of Nigeria and the Cameroons

NCBWA – National Congress of British West Africa

NDP – National Democratic Party (NDP)

NLC – Ngwane Liberatory Congress

NLC – National Liberation Council

NLM – National Liberation Movement

PAFMECA – Pan African Freedom Movement for East and Central Africa

PAC – Pan African Congress

PACPSA – Positive Action Conference for Peace and Security in Africa

PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PAS – Partido Afro-Shiraz

PNZ – Partido Nacionalista do Zanzibar

PWU – Plantation Workers Union

RDA – Ruvuma Development Association

UA – União Africana

UGCC – United Gold Coast Convention

UNIP – United National Independence Party

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

UPC – Union du People Camerounaise

UTP – United Tanganyika Party

TAA – Tanganyikan African Association

TAWA – Tanganyikan African Welfare Association

TANU – Tanganyika African National Union (TANU)

TFL – Tanganyika Federation of Labour

TNS – Tanganyika National Society

TRWU – Tanganyika Railway Worker's Union

ZAPU – União do Povo Africano do Zimbábue

ZANU – União Nacional Africana do Zimbábue

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.1 A INSERÇÃO DA ÁFRICA NO SISTEMA-MUNDO CAPITALISTA	16
2.2. OS LÍDERES NACIONAIS E OS DESAFIOS DO PÓS-INDEPENDÊNCIA	20
2.3 CLASSE E NACIONALISMO NA ÁFRICA.....	23
3 O GOVERNO DE KWAME NKRUMAH EM GANA (1951-1966).....	27
3.1 O SOCIALISMO AFRICANO E A REORGANIZAÇÃO DO ESTADO GANENSE... 27	
3.1.1 As negociações pela independência	27
3.1.2 As disputas pelo poder do Estado: Unidades Vs. Fragmentação	31
3.1.3 As políticas sociais e econômicas do governo de Nkrumah (1951-1966)	34
3.2 A POLÍTICA EXTERNA PAN-AFRICANISTA DE NKRUMAH (1957-1966)	38
3.2.1 A construção de uma agenda pan-africana (1957-1959).....	39
3.2.2 A crise no Congo e a criação da Organização da Unidade Africana (1960-1966) ..	44
4 O GOVERNO DE JULIUS NYERERE NA TANZÂNIA (1961-1985).....	50
4.1 UJAMAA E O SOCIALISMO TANZANIANO NO PÓS-INDEPENDÊNCIA	51
4.1.1 A independência e as disputas pelo poder do Estado.....	51
4.1.2 A Declaração de Arusha e a política de “Villagização”.....	55
4.1.3 Classes na Tanzânia e a formação da burguesia burocrática	60
4.2 A POLÍTICA EXTERNA PAN-AFRICANISTA DE NYERERE (1960-1980).....	63
4.2.1. A União entre Tanganica e Zanzibar: o pan-africanismo pragmático	63
4.2.2 A Comunidade da África Oriental e a Guerra Uganda-Tanzânia: os dilemas do pan-africanismo	67
4.2.3. O Comitê de Libertação Africana e o apoio aos movimentos nacionalistas	71
5 CONCLUSÃO.....	75
6 REFERÊNCIAS:	79

1 INTRODUÇÃO

A unidade africana foi historicamente importante para garantir autonomia e projeção internacional para o continente africano. Atualmente, a União Africana (UA), uma das maiores organizações regionais do mundo, com 54 Estados-membros, representa a cristalização dos ideais pan-africanistas¹. A história do movimento pan-africanista, no entanto, não conheceu um desenvolvimento linear e progressivo, visto que inclui uma diversidade de atores, fora e dentro da África, e se relaciona com uma grande variedade de fenômenos políticos, econômicos e culturais (BOUKARI-YABARA, 2017; KARBO; MURITHI, 2019).

É possível afirmar que o movimento conheceu três fases históricas distintas. Num primeiro momento, entre 1919 e 1945, o Congresso Pan-Africano institucionalizou as aspirações dos africanos da diáspora em encontrar uma identidade comum e regenerar a África. A partir de 1945, inicia-se a segunda fase, quando os congressos dão origem a um movimento internacional organizado de apoio às independências africanas. A criação da UA no início do século XXI no contexto do “renascimento africano” representa a terceira fase (KARBO; MURITHI, 2019).

O escopo da presente pesquisa se limita a segunda fase do movimento pan-africanista, quando o pan-africanismo foi uma importante referência política para os movimentos de independência. Nesse sentido, a história do pan-africanismo é também a história dos movimentos nacionalistas, visto que essa corrente de pensamento era bastante popular entre os líderes nacionais africanos. Essa popularidade se devia a um diagnóstico compartilhado entre os líderes a respeito dos impactos da colonização sobre os Estados recém independentes. Kwame Nkrumah, por exemplo, enfatizava a necessidade de união política como uma estratégia para superar o neocolonialismo e “balcanização” dos novos Estados independentes (NKRUMAH, 2007).

¹ O termo pan-africanismo é utilizado com acepções diferentes e por vezes discrepantes na literatura acadêmica. O movimento surgiu como uma resposta das populações africanas escravizadas na América do Norte e Caribe como forma de resgatar sua identidade e dignidade. O conjunto de ideias pan-africanistas confrontava as teorias raciais que justificavam a expansão colonial capitalista do período, porém eram um processo difuso, que foi gradualmente tomando forma ao longo do século XIX (BOUKARI-YABARA, 2017). As revoltas das populações da diáspora contra o sistema colonial deram origem à um movimento internacional de solidariedade e luta pela libertação da África e dos africanos. Como aponta Harris (2011), nas primeiras décadas do século XX, muitos africanos emigraram para a Europa, fugindo da opressão econômica e política, mas também buscando educação formal de nível superior, praticamente inexistente nas colônias, o que também contribuiu para a criação de um círculo pan-africanista nas grandes cidades europeias e dos Estados Unidos (HARRIS, 2011). O Quinto Congresso Pan-Africano, realizado em Manchester em 1945 marcou um ponto de inflexão na doutrina pan-africanista. Isso porque o congresso impulsionou o movimento no continente africano, consolidando-se pela primeira vez além das fronteiras europeias e americanas (WALLERSTEIN, 2006).

Nesse sentido, os líderes da independência encontraram na articulação regional uma alternativa para problemas compartilhados. A criação da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963, a organização de congressos e convenções entre Estados recém independentes, a criação de comunidades regionais e o apoio a movimentos de libertação nacional são exemplos ilustrativos. Essa articulação, no entanto, esbarrava em uma série de desafios que acabaram, ao longo do tempo, impedindo a realização das aspirações pan-africanistas e revelando uma realidade marcada por conflitos e divisões, característica do processo de formação do sistema interafricano de Estados.

Segundo Visentini (2020), a maioria das independências ocorreram de forma pacífica e negociada com as antigas metrópoles, porém, as guerras civis na Argélia e no Congo, assim como a permanência de regimes de segregação racial na África Austral, a inauguração da disputa bipolar da Guerra Fria e as necessidades de promover o desenvolvimento produziram uma clivagem política entre os líderes africanos. Para o autor “enquanto alguns Estados procuravam desenvolver uma liderança e um maior protagonismo, as vezes transformador, outros buscavam apenas sobreviver, fazendo as alianças possíveis e/ou necessárias” (VISENTINI, p.99, 2020).

No imediato pós-independência, o principal desafio dos líderes africanos e dos movimentos de libertação nacional se revelou a consolidação do poder político a nível doméstico. Segundo Herbst (2000), ao contrário do sistema de Estados europeu, que se consolidou a partir da guerra e da ameaça externa, o fator decisivo para a preservação dos Estados independentes na África foi a acomodação e o gerenciamento dos conflitos e interesses domésticos herdados do colonialismo (HERBST, 2000). Como consequência da colonização europeia e da inserção periférica dos Estados africanos no sistema-mundo, suas estruturas administrativas eram em muitos casos limitadas às cidades centrais, com extensas áreas do território excluídas ou marginalizadas do processo político. Essas cidades eram em sua maioria voltadas para o exterior, refletindo uma estrutura agroexportadora com baixo desenvolvimento das forças produtivas e acentuadas divisões socioeconômicas com as áreas rurais (ALVAREZ COSTA, 2011).

A partir das considerações expostas acima, foram escolhidos dois estudos de caso para a pesquisa: Gana durante o governo de Kwame Nkrumah (1951-1966) e Tanzânia durante o governo de Julius Nyerere (1961-1985). O primeiro é um caso paradigmático para a propagação do pensamento pan-africanista no continente, tendo sido o primeiro Estado da África Subsaariana a conquistar a independência e pioneiro da organização de conferências de Estados independentes, na criação de uniões políticas com países vizinhos (Guiné e Mali) e na

diplomacia pan-africanista enérgica levada a cabo por Nkrumah em situações como a criação da OUA e a crise no Congo na década de 1960 (SHIVJI, 2012; ASANTE; CHANAIWA, 2011).

A Tanzânia, por sua vez, foi um importante centro pan-africanista que, além de colaborar com a criação de grupos como o *Pan African Freedom Movement for East and Central Africa* (PAFMECA) e a OUA, desempenhou um papel fundamental no apoio aos movimentos de libertação nacional na África Austral e na luta contra os regimes racistas da região. Outro elemento de destaque do pan-africanismo tanzaniano foi a criação da Comunidade da África Oriental com Uganda e Quênia que durou aproximadamente doze anos e demonstrou as potencialidades e limitações da estratégia de integração regional (SMITH, 2011). A Tanzânia durante o governo de Julius Nyerere conseguiu criar um partido nacional forte e acomodar de forma relativamente efetiva os diversos interesses domésticos, criando um regime político estável quando comparado a Gana e seus sucessivos golpes militares. Julius Nyerere foi um dos poucos líderes africanos a deixar o poder de forma voluntária em 1985, abrindo espaço de forma pacífica para seu sucessor, o presidente do arquipélago de Zanzibar, Ali Hassan Mwinyi (BJERK, 2017).

Gana e Tanzânia foram ambas colonizadas pela Grã-Bretanha, o que resultou em semelhanças a respeito da organização das instituições políticas e do processo de descolonização. Ao contrário do sistema de assimilação francês, que impôs um maior controle em relação às estruturas administrativas de suas colônias, a Grã-Bretanha deu preferência a um sistema de domínio indireto e de criação de uma elite africana ocidentalizada que participaria do processo de transferência gradual do poder político e estabelecimento de instituições parlamentaristas no molde britânico (ELAIGWU; MAZRUI, 2011). Dessa forma, tanto Kwame Nkrumah quanto Julius Nyerere ascenderam ao poder na posição de primeiro-ministro e operaram suas políticas inicialmente dentro de um quadro institucional parlamentarista. Em pouco tempo, no entanto, eles introduziram mudanças no sentido da centralização do poder, expansão das estruturas administrativas e promoção de uma política de desenvolvimento nacional chamada por ambos de “socialismo africano”.

De acordo com Visentini (2020), a ideologia do “socialismo africano” combinava elementos do nacionalismo desenvolvimentista com o socialismo, o neutralismo e o resgate de elementos tradicionais africanos, atuando por meio da centralização das funções do Estado e da promoção de reformas no âmbito industrial, agrícola e comercial (VISENTINI, 2020). Esse termo, no entanto, foi utilizado por diversos líderes africanos ao longo da década de 1960 e 1970 com acepções diferentes, o que torna necessário estudos de casos dos países que se autodenominaram socialistas na África para compreender a especificidade de suas políticas e

como elas se relacionam com o contexto histórico do pós-independência e com os projetos nacionais que os líderes africanos buscaram construir.

Dessa forma, o problema de pesquisa do presente trabalho trata da relação entre pan-africanismo, nacionalismo e “socialismo africano”. O pan-africanismo oferecia uma plataforma política a partir da qual os líderes africanos lidavam, simultaneamente, com as disputas domésticas e internacionais. Assim, o pan-africanismo não era apenas um movimento pela integração, mas uma ideologia aliada ao nacionalismo para a consolidação regional de Estados como Gana e Tanzânia. Tanto Nkrumah quanto Nyerere encontraram no espaço regional uma oportunidade de projetarem influência e promoverem seus projetos nacionais como modelo para os vizinhos. O “socialismo africano” também foi parte fundamental do processo de construção nacional, visto que informou as políticas domésticas e ofereceu uma ideologia de desenvolvimento e de organização política.

Defende-se como hipótese geral que pan-africanismo, nacionalismo e “socialismo africano” são etapas complementares de um mesmo processo de consolidação do Estado e da nação. Como hipótese secundária, sustenta-se que essa relação não é linear, mas marcada por diferenças regionais e pela atuação distinta de cada líder nacional. Assim, a especificidade das políticas do “socialismo africano” e sua relação com o pan-africanismo e o nacionalismo depende do projeto político de cada líder nacional. Essas diferenças são exploradas por meio dos estudos de caso.

O trabalho tem como objetivo principal analisar a política externa pan-africanista e a política doméstica do “socialismo africano” de Gana e Tanzânia durante o governo de Kwame Nkrumah e Julius Nyerere, respectivamente. São três os objetivos secundários, os quais orientam a organização dos capítulos desse trabalho. No primeiro capítulo são apresentadas as considerações teóricas a respeito da inserção da África no sistema-mundo capitalista, as transformações engendradas pelo colonialismo, o papel dos líderes nacionais e a relevância dos conceitos de classe e nacionalismo para os estudos de caso em questão. O segundo e o terceiro capítulo compreendem a parte empírica do trabalho. Os estudos de caso apresentam as dimensões domésticas e externas das políticas de Nyerere e Nkrumah. Busca-se compreender o que foi a política do “socialismo africano” em Gana e na Tanzânia, assim como caracterizar a política externa pan-africanista de ambos.

O método de pesquisa empregado para a realização do trabalho é o estudo de caso, de natureza qualitativa e descritiva, amparado na análise documental de dados primários e secundários. O estudo do caso é uma metodologia na qual se realizam duas tarefas: a descrição detalhada das características particulares dos casos, dos atores e dos seus mecanismos de

interação; e a formulação de proposições teóricas gerais sobre aspectos regulares dos processos e estruturas sociais em questão (BECKER, 1992; FERNANDES, 1997). De acordo com Alonso (2016), as técnicas de reconstrução de processos sociais operam na intersecção entre o conjuntural – no qual os atores vivem - e o estrutural. Para a autora, em contraste com as ciências exatas, que estudam fenômenos com os quais o pesquisador estabelece uma relação sujeito-objeto, nas ciências sociais essa relação é sujeito-sujeito. Assim, “o mundo social é constituído por sujeitos ativos e não objetos passivos: as ciências sociais estudam objetos que são dotados de intencionalidade e que pensam a si mesmos (ALONSO, p.8, 2016). Os dados primários compreendem discursos e obras de Kwame Nkrumah e Julius Nyerere, as quais oferecem um panorama do contexto político, econômico e social do período a partir da perspectiva dos seus atores mais relevantes. Os dados secundários, por sua vez, se referem à bibliografia acadêmica especializada.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A formação dos Estados nacionais africanos é muito recente quando comparada a outras regiões do globo como a Europa e as Américas. Seu surgimento ocorreu no período pós-Segunda Guerra Mundial, quando o antigo sistema colonial foi substituído por unidades juridicamente soberanas. A descolonização dos territórios ocorreu de forma gradual, marcada por disputas, rupturas e acomodações. Para compreender essas transformações é necessário utilizar uma abordagem que considere as particularidades históricas da região - como a experiência com o colonialismo, a posição periférica da região no capitalismo global e os padrões de cooperação e conflito entre os diferentes atores e instituições.

Segundo Halliday (1994), é necessário analisar o Estado e sua relação com o sistema internacional a partir de uma perspectiva histórico-sociológica. O autor elenca quatro elementos definidores dessa perspectiva, quais sejam, a dimensão socioeconômica, a dimensão histórica, a divisão das sociedades entre classes e o conflito social (HALLIDAY, 1994). No presente trabalho, a dimensão socioeconômica e histórica estão presentes na análise da inserção da África no sistema-mundo capitalista, assim como no estudo das transformações causadas pelo colonialismo. A dimensão de classe e do conflito social são abordadas a partir da análise do Estado como um espaço de disputa política e de conflito entre grupos com diferentes níveis de acesso ao poder, contrariamente às abordagens que discutem o Estado como um ator monolítico ou juridicamente neutro.

Ao fazê-lo, desenvolvemos uma visão mais complexa e menos normativa do Estado na África - frequentemente interpretado a partir de modelos teóricos desenvolvidos com base nos indicadores sociais europeus e norte-americanos. Esse esforço teórico também ganha relevância no contexto atual de renovado interesse de acadêmicos, governos e formuladores de políticas públicas no continente africano, que desde o início do século XXI tem apresentado maior projeção internacional, crescimento econômico acelerado e um novo impulso em direção à integração regional.

2.1 A INSERÇÃO DA ÁFRICA NO SISTEMA-MUNDO CAPITALISTA

A inserção dos Estados africanos no Sistema Internacional é marcada pela formação de um sistema-mundo moderno, cuja consolidação se deu por meio da expansão do modelo de produção capitalista. A expansão desse modelo pressupõe a existência de regiões centrais e periféricas, que se relacionam de forma dependente com base na divisão internacional do

trabalho (AMIN, 2011; BRAUDEL, 2009). De acordo com Arrighi (2006), a definição dos conceitos de centro e periferia é relacional, pois enquanto o centro se caracteriza como a região que controla uma grande parte do excedente total de capital produzido, a periferia controla pouco ou nada do excedente. Dessa forma, o centro é o *locus* da acumulação capitalista e poder mundiais, enquanto a periferia é o *locus* da exploração e da impotência (AMIN, 2011; ARRIGHI, 2006)

A emergência do capitalismo mercantil colocou a Europa no centro do sistema no século XVI, condicionando o desenvolvimento das regiões periféricas aos ciclos europeus de acumulação e retração do capital (AMIN, 2011; ARRIGHI, 2006). A inserção da África na economia mundo nascente se deu através do estabelecimento de entrepostos europeus na costa ocidental do continente e do comércio transatlântico de escravos. Segundo Rodney (1975), a etapa mercantilista representa os primeiros momentos da expansão do sistema-mundo capitalista a partir da Europa, sendo fator determinante para a acumulação primitiva de capital que depois permitiria a realização das revoluções industriais na Europa (RODNEY, 1975).

De acordo com Pereira (2020), uma das principais razões para a exploração da costa africana pelos europeus era a busca por uma rota alternativa, dessa vez pelo mar, para o Oriente. No século XVI, os europeus competiam com o império muçulmano pelas rotas de comércio em direção à Ásia (PEREIRA, 2020). O comércio triangular introduziu uma dinâmica diferente nas relações econômicas das sociedades pré-coloniais. Muito rapidamente o comércio transaariano, que permitiu o florescimento de importantes reinos africanos, deu lugar ao comércio transatlântico, tendo como atividade mais lucrativa o tráfico humano (ALVAREZ COSTA, 2011).

A migração forçada de escravos internacionalizou as atividades econômicas africanas nos marcos do capitalismo, fortalecendo o vínculo de dependência entre centro e periferia. O comércio de escravos, realizados por reinos e chefes africanos na costa africana, forçou processos migratórios e mudanças na demografia e na organização social pré-colonial. A população escravizada era em sua maioria jovem, o que contribuiu para a desestabilização da divisão social do trabalho a nível local. As atividades produtivas ligadas à agricultura foram dando lugar às atividades de captura e comércio de pessoas. Os reinos africanos importaram tecnologias dos europeus como a arma de fogo, que permitiram a subjugação de povos e comunidades. Com o comércio triangular, a guerra interafricana se tornou um negócio lucrativo, alterando a natureza dos conflitos pré-coloniais e redesenhando a geografia do continente (ALVAREZ COSTA, 2011).

O colonialismo assumiu novas características em meados do século XIX, expandindo-se para regiões do interior da África Subsaariana. É emblemático desse período a realização da Conferência de Berlim em 1884, na qual os territórios africanos foram divididos para a exploração colonial de um seleto grupo de Estados europeus. À nível global, ocorreu a intensificação da competição intercapitalista europeia e a necessidade de expansão e abertura de novos mercados. Para Ribeiro (2020), o colonialismo foi resultado do desgaste da hegemonia econômica e política dos britânicos, que assistiram, ao final do século XIX, o surgimento de potências concorrentes no palco europeu, como Itália e Alemanha. A expansão dos territórios ultramarinos, foi, nesse sentido, uma resposta à sua crise de hegemonia. Para tanto, era necessário quebrar a autoridade que os impérios africanos conquistaram na costa do continente com o controle do comércio de escravos nos séculos anteriores (RIBEIRO, 2020).

O colonialismo foi um processo historicamente curto se considerarmos que a maioria dos Estados Africanos conquistaram sua independência política na década de 1960, mas as transformações que ele engendrou foram profundas. A riqueza produzida com a exploração de minérios e produtos da monocultura estava a serviço do capital monopolista metropolitano, que reorganizou as sociedades africanas através de guerras de conquista e implementação do capitalismo periférico (BETTS, 2010).

No nível da alteração das relações de produção, a conquista e a dominação do continente operaram no sentido de beneficiar as metrópoles e garantir o autofinanciamento das colônias. Para tanto, era necessária a transformação das relações de produção internas. Entre as principais mudanças estava o estabelecimento da propriedade privada da terra e a criação do trabalho assalariado (ainda que o trabalho compulsório das populações nativas tenha permanecido como prática comum). As terras, que antes eram comunitárias, foram divididas e concedidas a empresas metropolitanas, que as exploraram através de sistemas de *plantations*, ou seja, latifúndios monocultores voltados para a exportação. As *plantations* eram controladas por colonos europeus e tinham como função produzir a matéria prima e os produtos primários necessários para as indústrias metropolitanas (RIBEIRO, 2020).

As populações nativas foram confinadas em áreas restritas e pouco férteis, mas também integradas ao sistema de *plantations*, sendo obrigadas a pagar impostos para sustentar o empreendimento colonial. Os tributos monetários foram, de acordo com Ribeiro, uma segunda fase dos mecanismos de trabalho forçado que haviam sido implementados em territórios como o Congo Belga, propriedade privada do Rei Leopoldo II. Nesse território, os nativos eram obrigados a produzir volumes arbitrários de insumos (látex, cera, marfim, alimentos etc.) sob a ameaça de torturas, mutilações e execuções. As populações nativas também eram convocadas

para trabalhos obrigatórios, como a construção de infraestrutura de transporte para escoamento de mercadorias e habitação para os funcionários coloniais (RIBEIRO, 2020).

Além dos produtos agrícolas, a exploração de minérios também ganhou relevância. Foi a exploração de jazidas de metais preciosos que garantiu a criação de grandes estruturas ferroviárias e portos de exportação nos centros urbanos das colônias. Essa infraestrutura, no entanto, não tinha como objetivo a integração das diferentes partes do território colonial, mas a diminuição dos custos de escoamento da produção às metrópoles. A modernização dos transportes e a criação de centros urbanos também criou um setor de serviços e trabalho assalariado, que se expandiu para um pequeno grupo de africanos. Aos poucos, a complexificação da produção nas colônias começou a demandar mão-de-obra qualificada e com instrução técnica, o que levou a criação de sistemas educacionais limitados. Esses sistemas eram restritos a uma pequena parcela de africanos, porém foi esse grupo que depois viria a formar a elite política dos movimentos de independência (RIBEIRO, 2020).

Com o aumento da urbanização, a implementação de uma economia monetária e o crescimento demográfico, criou-se uma situação de conflito entre o campo e a cidade. O primeiro ainda era pouco explorado pelos colonizadores e possuía uma economia essencialmente de subsistência, enquanto a cidade operava nos moldes da economia capitalista periférica e atraía a população das zonas rurais em busca de melhores remunerações e oportunidades. (ALVAREZ COSTA, 2011).

Sobre essa questão, Herbst (2000) aponta que, ainda que existam regiões urbanas de grande concentração demográfica, a África colonial era relativamente pouco populosa, especialmente nas regiões rurais. As regiões mais distantes e inóspitas do território colonial, que muitas vezes compreendiam uma grande parcela desse território, foram pouco exploradas pelos colonizadores (HERBST, 2000). A decisão por não penetrar em direção ao interior das fronteiras delimitadas na Conferência de Berlim se deve a fatores como a diminuição dos custos securitários e de colonização. Não era rentável integrar o território nacional, mas, ainda assim, se fazia necessário controlar os grupos que lá habitavam. Para tanto, os colonizadores realizaram alianças com aristocracias locais e utilizaram da técnica de “dividir para governar”, opondo grupos rivais como forma de capitalizar apoio político e permitir a dominação econômica (HERBST, 2000).

No nível sociopolítico, ocorreu o estabelecimento de novas instituições políticas, com características militar-administrativas. Nas colônias, a autoridade administrativa era responsável tanto pelas funções executivas quanto legislativas do governo, pois não havia instituições intermediárias de aconselhamento e participação. De acordo com Chazan (1999), o

Estado colonial não distinguia entre mecanismos de tomada de decisão e implementação de políticas. Havia apenas uma burocracia estatal encarregada dos serviços públicos, da ordem, do recolhimento de impostos e das funções jurídicas. Para a autora, as instituições coloniais concentravam as funções políticas e administrativas nas mãos do serviço colonial civil. A concentração de poder político, por sua vez, foi sustentada pelo estabelecimento de forças policiais e militares, que garantiam o cumprimento das leis e obediência à autoridade colonial (CHAZAN, 1999).

2.2 OS LÍDERES NACIONAIS E OS DESAFIOS DO PÓS-INDEPENDÊNCIA

O processo de conquista da independência pelos Estados africanos ocorreu de forma gradual e em etapas a partir da 2ª Guerra Mundial. Esse processo não foi linear e homogêneo, pois assumiu características próprias a depender das condições econômicas, geopolíticas e sociais de cada região. Além disso, a conquista da independência e a criação dos Estados nacionais na África também seguiu diferentes vias de desenvolvimento. Houve Estados que conquistaram a independência de forma negociada com as metrópoles e ficaram sujeitos aos mecanismos de dominação neocoloniais, mas também guerras de independência, revoluções e regimes que adotaram vias não capitalistas de desenvolvimento (AGAFÓNOV, V, 1984). Apesar das diferenças, é possível traçar alguns elementos comuns que condicionaram as escolhas políticas desses Estados.

A colonização europeia teve um papel marcante na configuração do moderno sistema de Estados africanos. Primeiramente, a colonização dos territórios ocorreu de forma a preservar os interesses de um centro exportador, cujo objetivo não era desenvolver as potencialidades produtivas do território como um todo, mas drenar os recursos para a metrópole no centro capitalista. As atividades de mineração e produção agrícola monocultora não necessitavam de mão de obra especializada, mas de grandes “reservas” de trabalhadores. Esse processo incentivou a migração de populações do campo para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida, relegando às áreas rurais e mais distantes à marginalização e a exclusão no sistema produtivo (ALVAREZ COSTA, 2011).

A divisão entre campo e cidade se mostrou um importante fator na dinâmica política dos Estados independentes. Durante o domínio colonial, britânicos e franceses buscavam alianças com autoridades tradicionais em comunidades distantes do centro político, recompensando aqueles que se mostravam úteis para a administração colonial. Essa dualidade também seria colocada em evidência a partir dos movimentos nacionalistas na década de 1950

e 1960, que eram em sua maioria originários das camadas médias dos centros urbanos e contavam com pouca penetração no interior. A ausência de uma presença efetiva do Estado em todo o território criava, portanto um conflito entre sociedade e Estado, cujas contradições viriam a ser explorados pelos europeus no período da independência como forma de engendrar mecanismos neocoloniais (ALVAREZ COSTA, 2011).

De acordo com Chazan (1999), os movimentos de independência não romperam totalmente com as estruturas sociopolíticas herdadas do colonialismo. Eles, na realidade, adaptaram esses sistemas administrativos aos novos projetos políticos e ao contexto pós-independência. A autora destaca a ausência de burocracia local qualificada para transformar as instituições herdadas do colonialismo. As independências, nesse sentido, foram um processo marcado pela continuidade das estruturas administrativas coloniais, ainda que os projetos políticos tenham mudado. Para Chazan (1999), após a independência, houve uma “politização” do aparato estatal, ou seja, esse passou a estar sujeito a pressões sociais domésticas por alocação de recursos e gerenciamento da coisa pública que antes da independência eram dirigidas às metrópoles (CHAZAN, 1999).

Nesse cenário, merece uma análise mais aprofundada o papel desempenhado pelos líderes nacionais africanos, cujos regimes são frequentemente enfocados pela literatura acadêmica como autoritários, ignorando as dinâmicas e condicionalidades do período. De fato, é possível notar uma tendência de centralização das funções executivas e do poder desses líderes, mas abordar o processo político no qual esses estavam inseridos simplesmente como regimes autoritários não é suficiente para compreender suas características e influência no processo de construção de Estado na África.

Segundo Wallerstein (2006), o líder nacional era responsável por garantir a ligação da sociedade com as instituições de Estado. Ele legitimava o Estado por meio de sua autoridade carismática, ordenando obediência às leis como forma de lealdade a sua pessoa. Essa tarefa era essencial em Estados jovens, cuja força do movimento nacionalista residia na luta contra um inimigo externo comum, isto é, o colonialismo. Quando a independência foi conquistada, no entanto, os movimentos de libertação encontraram um grande desafio interno. De acordo com Wallerstein (2006):

O fim do incentivo à unidade – isto é, o controle colonial – combinado com a incerteza, desilusão e, portanto, oposição, criados pelo novo governo inevitavelmente causou a emergência de interesses étnicos, regionais e particulares que durante a luta de independência estavam em latência. Lidar com disputas de grupos políticos é um trabalho que todo Estado realiza, não apenas na África. O que era diferente, no entanto,

é que o grupo no poder não podia jurar lealdade ao Estado (WALLERSTEIN, 2006, P.87, tradução nossa²)

Dessa forma, os conflitos que emergiram no imediato pós-independência eram em sua maioria resultante da formação de novos Estados, cuja distinção entre partido político, governo e Estado estava ainda em vias de formação. Nesse cenário, movimentos de oposição ao governo eram também movimentos de secessão, o que tornou a desintegração territorial um dos principais problemas dos líderes nacionalistas. Era necessário, em um curto espaço de tempo, garantir que a maioria da população aceitasse o Estado como o detentor legítimo da autoridade e o local de legislação e decisão social (WALLERSTEIN, 2006).

De acordo com Herbst (2000), o processo de construção de Estado na Europa ocorreu por meio do conflito e da ameaça externa, contribuindo para o fortalecimento das estruturas coercitivas nacionais. Na África, no entanto, o ambiente era relativamente amistoso entre Estados, porém com grande instabilidade e fragilidade dentro do próprio território nacional. Dessa forma, os colonizadores trabalharam no sentido de minimizar os conflitos entre territórios a fim de diminuir os custos da colonização, seja evitando guerras indesejáveis ou a própria ocupação efetiva daquele território. Na independência, as elites que assumiram o poder buscaram evitar desmembramentos, aglutinações e a multiplicação de separatismos, princípios posteriormente cristalizados na Carta da Organização da Unidade Africana (CASTELLANO DA SILVA, 2012; HERBST, 2000) .

Elaigwu e Mazrui (2011) atentam para os desafios de edificação da nação na África. Esse desafio diz respeito à ausência de uma identidade coletiva coesa, em detrimento da identificação com um território unificado e sob autoridade de um governo único. Para os autores, a tarefa de construção da nação pode ser dividida em duas dimensões: vertical e horizontal. A primeira trata da “progressiva aceitação, pelos membros da identidade organizada pré-existente, da legitimidade de um governo central e da identificação com esse governo, devidamente qualificado como símbolo da nação”. A segunda dimensão, horizontal, implica na aceitação da igualdade entre os cidadãos e na crença compartilhada de valores, histórias e recursos comuns (ELAIGWU; MAZRUI, p.524, 2011). Como vimos, os desafios dos líderes nacionais na construção de uma identidade nacional decorrem da origem colonial do Estado

² No original: The removal of the prod to Unity – that is, colonial rule – combined with the uncertainty, disillusion and hence opposition, created by the new government, inevitable causes the ethnic, regional and other particular interest which had temporarily held back their claims to reassert them. The assertion of the rights of private interests to their share of the community’s assets is the daily business of all governments, not only those in Africa. What is different in new nations is that the government cannot assume a residual loyalty to the state among the majority of its citizens.

africano. Não havia uma identificação da população face ao Estado na qualidade de uma comunidade política unificada (ALVAREZ COSTA, 2011; ELAIGWU; MAZRUI, 2011).

Nesse sentido, Ray (1986) afirma que a imposição do domínio britânico em Gana ao final do século XIX subjugou grupos locais como o Império Asante, que controlava extensas áreas na região, assim como unidades políticas menores. Ao romper o monopólio da força dos Estados pré-coloniais, os britânicos puderam manipular as divisões étnicas, privilegiando alguns grupos em detrimento de outros. Como resultado, as aristocracias tradicionais de Gana receberam reconhecimento e legitimidade por parte do governo colonial (RAY, 1986). Segundo Ray (1986), é necessário analisar as divisões étnicas a partir das estruturas econômicas e sociais, pois “as guerras no norte do país entre *Gonjas* e *Vagalas* (1980), entre *Nunumbas* e *Konkomba* (1981) e entre *Mamprusis* e *Kumasis* (1984) foram todas disputas violentas entre etnias/classes nas quais os primeiros eram a aristocracia agrária e os demais camponeses, estando em disputa o acesso à terra, ao trabalho e aos recursos (RAY, p.6, 1986).

Para Nyerere, o Estado tanzaniano era uma agência de construção nacional, promoção do desenvolvimento econômico, assim como um unificador e organizador da sociedade. Daí sua defesa do nacionalismo em oposição aos interesses particulares do tribalismo, visto que as divisões étnicas foram politizadas e instrumentalizadas pelos colonizadores, que fizeram alianças com líderes tribais para exercer poder nas regiões rurais, distantes dos centros administrativos coloniais (TAYLOR, 2010). Nas palavras de Nyerere: “eu sou um *Mzanski* orgulhoso, mas eu não defendo um partido político baseado nos *Mzanski*. Portanto eu sou um tanzaniano, e é claro que eu sou um *Mzanski*; politicamente eu sou tanzaniano, culturalmente um *Mzanski*”(SHIVJI, 2012).

2.3 CLASSE E NACIONALISMO NA ÁFRICA

Como visto, o elemento socioeconômico desempenha um papel central nas dinâmicas políticas dos novos Estados. Assim, não basta analisar as divisões culturais, mas inseri-las dentro de um contexto social mais amplo, no qual ganham relevância as transformações produtivas, as divisões de classe e a influência do nacionalismo.

Segundo Wallerstein (1974), o conceito de classe na África foi frequentemente tratado de forma secundária, especialmente por cientistas sociais americanos e europeus, que defendiam que o elemento da divisão “étnica” seria determinante ou que o conceito de classe não poderia ser aplicado ao continente (WALLERSTEIN, 1974). No mesmo sentido, Nkrumah (1970), afirma que a realidade histórica africana foi frequentemente analisada de forma

antropológica, como se a África estivesse fora da história e, portanto, apresentasse uma estrutura social sem classes. Em contraste a essa visão, Nkrumah (1970) defende que o conflito de classes é parte fundamental das sociedades africanas, tornando-se evidente nos conflitos do período pós-independência (NKRUMAH, 1970).

No entanto, o desenvolvimento das classes na África foi diferente do experienciado nas regiões centrais do capitalismo. Na Europa, as classes se desenvolveram no âmbito da Revolução Industrial e da migração da mão de obra da agricultura para a indústria, a qual formou o proletariado urbano. Na África, essa migração não ocorreu, sendo o proletariado urbano bastante reduzido em função da predominância do setor primário. O capitalismo periférico criou uma classe capitalista cujo poder econômico deriva do controle da terra, do comércio exterior e da posição na administração pública. Assim, o conflito de classes na periferia não ocorre entre duas classes dentro de um mesmo Estado, mas entre a aliança do capital internacional com os proprietários de terra e a burocracia neocolonial de um lado e o restante da população do outro (WALLERSTEIN, 1974).

De acordo com Nkrumah (1970), durante o período da luta anticolonial as tensões de classe foram temporariamente inoculadas em torno da unidade contra a metrópole. Esse movimento levou líderes africanos a afirmarem que não existiam divisões de classe na África, porém, em um curto espaço de tempo, as clivagens e os conflitos reapareceram (NKRUMAH, 1970). Nkrumah divide as classes na África entre uma fração minoritária privilegiada pelo neocolonialismo (burguesia burocrática, exército colonial, compradores etc.) e uma maioria de trabalhadores, camponeses e pequenos comerciantes. Para o autor:

Apesar da burguesia africana ser numericamente pequena, faltando-lhe a força política e financeira que possuem as classes dominantes nos países industrializados, ela dá a ilusão de poder econômico devido aos seus laços com o capital financeiro internacional (NKRUMAH, p.12, 1970, tradução nossa³).

Autores como Shivji (1986) e Samoff (1982) defendem a existência de uma burguesia burocrática que se fortaleceu em Estados como a Tanzânia no pós-independência. Ambos afirmam que o controle das estruturas do Estado é especialmente importante na periferia do capitalismo, na qual o papel do Estado é fundamental para garantir as condições de acumulação e reprodução capitalista. Os autores chamam a atenção para a caracterização particular dessa burguesia burocrática, visto que, ao contrário das classes burguesas nos países centrais, sua

³ No original: Although the African bourgeoisie is small numerically, and lacks the financial and political strength of its counterparts in highly industrialized countries, it gives the impression of being economically strong because of its close tie-up with foreign finance capital and business interests.

posição é relativamente fraca e não implica o controle dos meios de produção (SAMOFF, 1982; SHIVJI, 1986). De acordo com Samoff (1982):

Essa classe [a burguesia burocrática] possui uma posição intermediária, dependendo simultaneamente da sua aliança com o capital internacional e das suas alianças domésticas (as quais podem incluir uma burguesia nativa, o exército, líderes regionais tradicionais e até mesmo organizações de massa como sindicatos e associações de camponeses). Essa posição intermediária é inerentemente contraditória, visto que requer uma aliança e um desafio ao capital internacional simultaneamente (SAMOFF, P.126, 1982, tradução nossa⁴)

Essa posição intermediária permite explicar as movimentações aparentemente contraditórias de muitos líderes africanos no pós-independência. Os autores defendem que a análise da liderança a partir do componente de classe permite uma explicação para os fenômenos políticos sem recorrer a explicações culturais, psicológicas ou apontando “falhas” nas sociedades e instituições africanas (SAMOFF, 1982).

Outro elemento importante a ser analisado é o papel do nacionalismo e como esse se relaciona com os conceitos de classe expostos acima. De acordo com Brucan (1974), enquanto a desigualdade de classe é a raiz da política na sociedade, a desigualdade entre as nações é a raiz da política no sistema internacional. Para o autor, a divisão das sociedades em classes e em nações tem origens históricas distintas e também operam em planos diferentes. As nações, uma vez constituídas e consolidadas como comunidades sociais integradas, adquirem uma autonomia própria na política internacional que não é idêntica aos interesses de classe (BRUCAN, 1974).

Para Brucan (1974) a nação se apresenta como a primeira comunidade com um ponto de partida étnico que abarcou todos os estratos da população em um determinado território. Elementos comuns fundamentais como língua, território, origem, laços econômicos, identidade cultural, religião e organização política fizeram com que a nação alcançasse um grau de unidade e integração que tipos anteriores de comunidades não alcançaram (BRUCAN, 1974).

Segundo o autor, existe um jogo recíproco e contraditório entre as relações de classe e as relações nacionais. Por um lado, a comunidade nacional é marcada por conflitos de classe que se estendem para relações com outras comunidades, por outro, a desigualdade entre as nações tem como consequência a criação de uma unidade diante da ameaça externa. Existiriam

⁴ No original: This class has an intermediary location, dependent simultaneously on its alliance with transnational capital and on its alliances within the country (which may include an aspiring bourgeoisie, the military, regional and ethnic group leaders, or even certain mass institutions, such as trade unions and farmers associations). This intermediary location is an inherently contradictory one, in that it requires at the same time an alliance with and a challenge to transnational capital.

então, dois sentidos: um que opera a favor da divisão nacional e outro que opera a favor de sua coesão (BRUCAN, 1974).

Os movimentos de libertação nacional ilustram essa dinâmica. Diante da dominação estrangeira, as classes que constituem a nação dominada atuam conjuntamente contra uma ameaça comum. No entanto, a partir do momento que a independência é conquistada, as divisões de classe ressurgem e tensionam a unidade nacional. Nesse sentido, Brucan (1974) afirma que “esse jogo recíproco e contraditório é de natureza tal que em condições de elevada tensão social, o conflito de classes passa a ser predominante no campo político, enquanto que em condições de elevada tensão internacional a prioridade é o conflito nacional” (BRUCAN, p. 83, 1974). Para Brucan (1974) deve-se distinguir o nacionalismo de uma nação opressora e o nacionalismo de uma nação oprimida; o nacionalismo de uma nação grande e o nacionalismo de uma nação pequena. Nesse sentido, as nações do terceiro-mundo seriam nacionalistas por “direito de nascimento” (BRUCAN, p. 24, 1974).

3 O GOVERNO DE KWAME NKRUMAH EM GANA (1951-1966)

O governo de Nkrumah em Gana foi marcado por uma enérgica diplomacia pan-africanista, que destacou Gana como uma importante referência para os demais Estados da África Subsaariana. Além da proeminência internacional, Gana durante seu governo passou por transformações internas importantes no que diz respeito à organização do Estado, à consolidação da unidade territorial em oposição a propostas federativas, e as políticas de inspiração socialista que visavam a modernização, o desenvolvimento produtivo e a expansão de serviços sociais.

O presente capítulo está dividido em duas seções. A primeira seção busca analisar o desenvolvimento doméstico das relações políticas em Gana, dos padrões de cooperação e conflito entre os atores envolvidos no período pré e pós-independência e as políticas executadas por Nkrumah no âmbito da reorganização das instituições de Estado. A segunda seção analisa a política externa pan-africanista e seu impacto na organização do sistema interafricano de Estados.

3.1 O SOCIALISMO AFRICANO E A REORGANIZAÇÃO DO ESTADO GANENSE

3.1.1 As negociações pela independência

A conquista de independência pela colônia britânica da Costa do Ouro, depois renomeada Gana em homenagem ao Império de Gana que existiu na África Ocidental da antiguidade, foi um marco para o movimento anticolonial. Nos anos seguintes, o país se tornou um dos principais líderes dos movimentos de independência na África Subsaariana, principalmente devido à diplomacia de Nkrumah, que buscou promover uma imagem de uma nação moderna, cosmopolita, industrializada e livre da dependência colonial (AHLMAN, 2017).

Os primeiros movimentos de enfrentamento ao regime colonial foram em sua maioria organizados por parcelas pequenas da população que compunham a elite com acesso à educação formal, geralmente envolvida na administração colonial nos centros urbanos. Segundo Buah (1998), esses movimentos não visavam a conquista da independência, pois suas demandas estavam focadas em maior participação na administração colonial e fim da discriminação contra africanos. Entre esses movimentos destaca-se o *National Congress of British West Africa (NCBWA)*, com representantes das quatro colônias britânicas da África Ocidental: Costa do

Ouro, Gâmbia, Serra Leoa e Nigéria. O NCBWA demandava políticas para a “africanização” da administração, com eleição de africanos para órgãos legislativos, maior controle sobre políticas fiscais e monetárias, igualdade de oportunidades com europeus e ampliação das instituições de ensino de nível superior (BUAH, 1998).

A situação mudou com as transformações trazidas pela 2ª Guerra Mundial, quando foram criados os primeiros partidos nacionais com capacidade de articulação de massa. Além disso, ocorreram mudanças no plano econômico, político e social que precipitaram a independência. No âmbito econômico havia o monopólio britânico sobre a produção de cacau e extração de minerais. Esse monopólio impedia os produtores de buscar mercados potencialmente mais lucrativos. Além disso, as instituições bancárias e de créditos eram controladas pela metrópole, as quais discriminavam comerciantes e empresários locais a fim de impedir a diversificação produtiva. A quase totalidade dos produtos industrializados era importada e não havia substitutos locais, o que tornava políticas de boicote às empresas metropolitanas ineficazes. A *Association of West Africa Merchants (AWAM)*, por exemplo, impunha restrições aos comerciantes africanos, forçando os ganenses a comprar produtos desnecessários para ter acesso a produtos básicos por meio das chamadas “vendas condicionadas”. (BUAH, 1998).

No plano social havia um crescente descontentamento com a pouca atenção dada pela administração colonial a melhora das condições de vida. Após a 2ª Guerra Mundial, os soldados ganenses que serviram de forma compulsória no exército britânico retornaram ao país de origem sem oportunidades de renda e de emprego. De acordo com Ahlman (2017), nos principais centros urbanos do país, Kumasi e Accra, o custo de vida entre 1939 e 1947 duplicou. O preço de produtos importados, por sua vez, aumentou de cinco a oito vezes em comparação com os níveis pré guerra (AHLMAN, 2017). Ao participar da catástrofe da guerra mundial, esses soldados começaram a questionar a ideologia colonial da superioridade europeia. A realidade de opressão e crise econômica das colônias contrastava com a propaganda de guerra britânica, que enfatizava valores como a liberdade individual e a democracia.

A nível internacional houve o declínio das potências europeias diante da formação de uma nova ordem global organizada em torno da disputa entre Estados Unidos e União Soviética, que disputavam áreas de influência, mercados e novos parceiros (VISENTINI, 2020). No plano doméstico, foram criados partidos que reivindicavam a independência, como o *United Gold Coast Convention (UGCC)* em 1947. O partido tinha origem na classe média alta, porém, contou com a liderança de Nkrumah para expandir suas funções e influência para o interior do país. Nkrumah foi convidado para integrar o partido como Secretário Geral após ganhar

destaque no movimento pan-africanista em Londres, especialmente com a realização do 5º Congresso Pan-Africano, realizado em Manchester em 1945. Kwame Nkrumah era uma boa escolha, pois além de ter origem humilde, ele também possuía habilidades políticas de articulação e carisma, o que facilitou sua identificação com a maioria da população mais pobre.

Nkrumah ampliou as fileiras do partido para as regiões mais afastadas do país e logo despertou receio dos próprios colegas do UGCC, que viam ele como uma possível ameaça política. Em 1948, ocorreram protestos em centros urbanos pelo país devido ao assassinato de africanos que haviam servido na administração colonial e demandavam melhores condições de vida. Líderes do UGCC foram considerados responsáveis pela agitação social e detidos pelo regime colonial, entre eles o próprio Nkrumah. Em 1949, Nkrumah rompeu com o UGCC e criou o próprio partido político, o *Convention People's Party* (CPP). Ao contrário do UGCC, cuja base política era formada por africanos com educação formal das camadas média e alta da sociedade, o CPP conseguiu apoio de organizações jovens, trabalhadores urbanos de baixa renda e trabalhadores agrícolas da produção de cacau. Nkrumah conseguiu expandir o partido rapidamente pelo país (BUAH, 1998; AHLMAN, 2017).

Tendo em vista as agitações sociais na colônia, os britânicos buscaram adaptar a organização política doméstica. Assim, foi estabelecida a Comissão Watson, que tinha como objetivo investigar as causas do descontentamento popular. O relatório da comissão indicou a necessidade de expandir educação superior para aumentar o número de pessoas qualificadas para assumir o aparato governamental colonial, preconizando a ideia de uma transição negociada para a independência sob o controle de uma elite “africanizada”. Em conjunto com a Comissão Coussey, apontada pelo governo colonial, o relatório informou a criação da Constituição de 1951.

De caráter conservador, a constituição abriu espaço para a africanização do serviço público para uma pequena elite com acesso à educação. Foi nesse contexto que Nkrumah, por meio da articulação do CPP, conseguiu conquistar 34 das 38 cadeiras da assembleia legislativa abertas para a eleição popular, assumindo o posto de Líder dos Negócios Governamentais em 1951. No ano seguinte Nkrumah assumiu um posto similar ao de primeiro ministro, ganhando autonomia para decidir sobre assuntos domésticos (BUAH, 1998).

O período entre 1951 e 1954 é marcado pela continuidade dos conflitos sociais, demonstrando a ineficácia das mudanças constitucionais anteriores em resolver esses conflitos. Em 1954 foi instaurada uma nova Constituição que aumentou o número de assentos na Assembleia Legislativa de 85 para 104. No entanto, mesmo com a maior autonomia para decidir sobre assuntos de política doméstica, a Constituição previa o controle pelo governador sobre a

política externa, o exército e a polícia. Pela primeira vez foi estabelecido o sufrágio universal e todos os assentos deveriam ser ocupados por representantes eleitos (BUAH, 1998).

Devido à proeminência do CPP na sociedade ganense, o partido conquistou 79 das 104 cadeiras disponíveis, abrindo uma ampla vantagem sobre os demais partidos e garantido uma posição privilegiada nas negociações com os britânicos para a independência. As negociações, no entanto, esbarravam em problemas como a desigualdade econômica entre as regiões do país. Na região Asante, por exemplo, a mais rica produtora de cacau, havia temores de que um controle central do CPP, cuja maioria dos membros tinham sua origem nas regiões costeiras, pudesse prejudicar os interesses dos fazendeiros em favor de outras regiões. Como consequência, os produtores de cacau da região Asante trabalharam para a criação do partido de oposição *National Liberation Movement* (NLM), cuja plataforma política estava baseada na defesa de um governo federalizado com maior autonomia para as regiões (BUAH, 1998).

Além das disputas econômicas, havia também o aspecto do conflito entre as instituições do Estado e as instituições políticas tradicionais com grande proeminência na sociedade ganense, os chefes locais. Uma grande parte dos chefes locais apoiava o NLM, cuja plataforma política também defendia a criação de uma segunda câmara legislativa composta apenas de chefes e com poderes efetivos no governo (BUAH, 1998).

Por fim, havia ainda o problema do protetorado das Nações Unidas sob controle britânico na atual região de Volta, na fronteira com o atual Togo. O protetorado era administrado pelos britânicos desde o fim da Primeira Guerra Mundial, após os alemães perderem a guerra e o controle sobre a região. O protetorado era administrado em conjunto com a colônia da Costa do Ouro e os questionamentos acerca de sua integração ou não à Gana ganharam proeminência com o avanço das negociações para a independência (ADOTEY, 2021).

Os principais impasses para a independência, portanto, eram a disputa acerca do tipo de organização territorial do Estado, a relação entre governo e oposição e a relação entre as instituições de Estado e as instituições tradicionais. Nkrumah buscou articular um compromisso com os chefes locais de Asante, das regiões do Norte e líderes do NLM, porém não obteve sucesso. Nesse contexto, o governo britânico decidiu conceder a independência à Gana desde que essa fosse aprovada com maioria na Assembleia Legislativa. Em 1956 foram realizadas eleições gerais com sufrágio universal, as quais garantiram 70% dos assentos legislativos para o partido de Nkrumah. Assim, a independência foi finalmente declarada em março de 1957 (BUAH, 1998)

3.1.2 As disputas pelo poder do Estado: Unidades Vs. Fragmentação

Como visto, o governo do CPP sob liderança de Nkrumah teve lidar com os problemas da organização do Estado no pós independência, o que resultou em conflitos e expôs as dificuldades para a realização dos ideais de integração e autonomia nacional. O crescimento do CPP nos anos anteriores se deu graças ao sucesso do partido em aglutinar as insatisfações com o regime colonial de diferentes grupos e interesses. Após conquistada a independência, porém, impuseram-se questões como a natureza do novo governo e como alcançar os objetivos propostos (ALHMAN, 2017).

O problema da instituição dos chefes locais, por exemplo, foi um empecilho para a criação de uma burocracia moderna do tipo weberiana em Gana. O governo colonial britânico transformou os chefes em autoridades que atuavam como intermediários entre a população e o regime colonial, enquanto Nkrumah e o CPP defendiam a democratização da participação política com o estabelecimento do sufrágio universal e a limitação da influência dos chefes nas decisões políticas. Porém, tendo em vista a influência dos chefes na cultura e na identidade africana, o governo precisou adotar uma política pragmática e cautelosa para limitar sua influência (ARHIN, 1991).

A influência dos chefes locais na vida política de Gana foi aumentada devido à política colonial britânica, que ao transformar a Costa do Ouro em uma colônia em 1874, subjugou a autoridade dos chefes a um governo central. A partir de então, os chefes foram transformados em agentes locais do governo central. Os britânicos preferiram governar indiretamente por meio dos chefes em detrimento da *intelligentsia* colonial, em razão de sua influência tradicional na vida política africana. Os britânicos viam o futuro da Costa do Ouro como uma federação de Estados tradicionais (ARHIN, 1991).

Dessa forma, os britânicos incentivaram a criação de conselhos de chefes a partir da Constituição de Guggisberg em 1925. Esses conselhos eram responsáveis por eleger representantes para a Assembleia Legislativa. A disputa entre a *intelligentsia* e os chefes locais acabou por encontrar um compromisso na Constituição de Burns, de 1946, que permitia que tanto os conselhos de chefes quanto cidadãos comuns fossem eleitos representantes legislativos (ARHIN, 1991).

Em 1950, o governo britânico estabeleceu a Comissão Watson para propor uma nova constituição, modificando os poderes e a representação dos chefes nas instituições de governo em razão das reivindicações da *intelligentsia* para maior participação nos assuntos domésticos. O relatório da comissão, juntamente com o Comitê Constitucional Coussey, instituído pelo

governador da Costa do Ouro, adotou mudanças como a igualdade de representação legislativa de chefes locais e comuns, assim como a separação entre órgãos de governo e órgãos de autoridades tradicionais no âmbito regional (ARHIN, 1991).

Quando Nkrumah acendeu ao poder como Líder dos Negócios Governamentais em 1951, toda política relacionada aos chefes locais deveria ser aprovada pelo governador da colônia. Essa situação viria a se modificar a partir da Constituição de 1954, que concedeu autonomia para assuntos domésticos à Costa do Ouro e fez com que o poder de decisão sobre os chefes locais passasse para Nkrumah e sua maioria legislativa. O CPP defendia que os chefes deveriam manter uma posição neutra na competição pelo poder entre os diversos partidos, aceitando uma posição de subordinação ao governo (ARHIN, 1991).

No entanto, para além da influência política e econômica dos chefes, o CPP também enfrentou resistência por parte dos partidos de oposição, que viram nos chefes locais uma possibilidade de enfraquecer o crescente poder do CPP. Alguns partidos de oposição haviam, inclusive, entrado em conflito com os chefes locais antes do advento do CPP, o que demonstra que seus interesses eram por vezes convergentes, mas não necessariamente complementares (ARHIN, 1991). Foi nesse contexto de disputa pelo poder do Estado que as regiões Asante e Akim, ricas produtoras de cacau, apoiaram a criação do NLM, cujos membros afirmavam ser um partido de escopo nacional com objetivo de assegurar uma constituição federalizada, na qual a posição dos chefes locais seria garantida contra a “ditadura de massas” do CPP (ARHIN, p.37, 1991).

Devido a influência britânica, a Constituição de 1957, da independência, garantiu a criação de uma *House of Chiefs* com poderes consultivos e que deveria trabalhar em harmonia com as demais instituições de Estado em questões de direito tradicional. Essa foi uma solução de compromisso que o governo de Nkrumah foi obrigado a aceitar em função dos riscos de retardar a independência (ARHIN, 1991).

Entre 1951 e 1957 as medidas adotadas foram de maneira geral conciliatórias. No entanto, após a independência, Nkrumah e o CPP afirmaram que a Constituição de 1957 não havia lidado de maneira satisfatória com o problema da influência dos chefes locais no processo político e aprovaram uma série de medidas para conter as atividades da oposição. Em 1957, foi aprovado o *Avoidance of Discrimination Act*, que proibia a organização e propaganda política com base em religião, raça, tribo e região. No mesmo ano também foi aprovado o *Deportation Act*, que permitia ao governo deportar estrangeiros que estivessem auxiliando partidos de oposição a boicotar governo central. Em 1958 foram aprovados dois atos, o *Asante Stool Lands Act* e o *Akim Act*, com o objetivo de retirar o controle das terras dos chefes Asante e Akim, as

quais passaram a ser geridas pelo Estado. Além disso, também foi aprovado o *Preventive Detention Act*, que deu ao governo o poder de prender pessoas consideradas envolvidas em atividades que pudessem minar a legitimidade do governo sem necessidade de julgamento prévio (NINSIN, 1991).

Em 1961, o *Chieftancy Act* concedeu amplos poderes para Nkrumah aprovar e realocar chefes, realizar eleições e controlar suas atividades. Com essa medida, o CCP buscou integrar os chefes locais de forma subordinada ao governo central, retirando poderes concedidos durante o período 1951-1957 e reduzindo os chefes locais a uma agência do governo sem poder efetivo nas disputas políticas nacionais (ARHIN, 1991). A concentração de poder em torno do CPP atingiu seu ápice com o referendo nacional de 1964, que transformou Gana em um governo de partido único. O CPP virou o único partido reconhecido no país e todos os demais passaram para a ilegalidade (NINSIN, 1991).

Como visto, as disputas do período da independência podem ser explicadas, em parte, como consequência da política colonial britânica, que desenhava a geografia do Estado nação em Gana privilegiando determinados grupos e regiões em detrimento de outros. Assim, as regiões Asante e Akim cultivavam uma falsa impressão de soberania e autonomia em relação ao governo central, enquanto os territórios do norte, economicamente mais pobres, temiam uma dominação política do Sul urbanizado, de onde vinham a maioria dos membros do CPP. Havia ainda o problema da região do Volta, que apresentava elementos secessionistas e que foi utilizada como *proxy* pela oposição para desestabilizar o governo central (NINSIN, 1991).

De maneira geral, a oposição ao CPP, composta tanto de partidos da *intelligentsia* quanto de chefes regionais, utilizou de uma retórica que enfatizava as medidas autoritárias do CPP, as quais estariam violando os direitos de liberdade individual e propriedade privada. Além disso, a oposição afirmava que os chefes locais eram os verdadeiros representantes do povo africano, na medida em que essa era uma instituição nativa com a qual a população se identificava (NINSIN, 1991).

Nkrumah e o CPP, por outro lado, defendiam a limitação do poder dos chefes locais dentro de um governo constitucional, utilizando de instrumentos do Estado para minar o poder econômico dos chefes e integrá-los de forma subordinada ao governo central. Segundo Arhin (1991), Nkrumah não tinha pretensões de acabar com a instituição dos chefes, pois, ainda que ele afirmasse se tratar de “tribalismo” e uma ameaça à integridade territorial de Gana, Nkrumah reconhecia na instituição um aspecto importante da cultura política do país. De fato, ele possuía grande admiração pelas tradições políticas africanas, inclusive incorporando objetos e rituais de diversas regiões do país nos símbolos nacionais e nas cerimônias de Estado (ARHIN, 1991).

3.1.3 As políticas sociais e econômicas do governo de Nkrumah (1951-1966)

Para compreender o sentido das transformações que ocorreram em Gana durante o período que Nkrumah esteve à frente do governo é necessário levar em conta os elementos que compunham o projeto nacional do período. Entre esses elementos podemos citar a luta contra o colonialismo como um dos mais importantes. Para Nkrumah, mas também para outros líderes anticoloniais como Patrice Lumumba, Julius Nyerere, Amílcar Cabral e Franz Fanon, o objetivo da descolonização não era a simples substituição do controle colonial por governantes africanos. Na realidade, esses autores viam na independência uma etapa de um processo maior que incluía a criação de uma nova ordem social, política e econômica, na qual os povos colonizados poderiam ser emancipados social e subjetivamente. Nesse sentido, a tarefa dos partidos de massa não era apenas mobilizar a população para conquistar a independência, mas trabalhar para construir essa nova ordem social. Nas palavras de Fanon, o processo de descolonização seria “a criação de um novo homem”, o que denota o caráter não apenas político, mas também ontológico das suas aspirações (FANON, 2002).

Essas aspirações ganham uma nova dimensão devido ao desenvolvimento de mecanismos neocoloniais no pós-independência para assegurar o controle indireto sobre as ex-colônias. Na obra “Neocolonialismo: último estágio do imperialismo”, Nkrumah afirma que o neocolonialismo se refere a situação na qual um Estado possui independência política, porém seu sistema econômico é dependente e dirigido a partir de uma classe burguesa no exterior. Nesse sentido, o controle não é exercido diretamente como na época colonial, mas por meio do controle monetário, cooptação de funcionários do governo e sujeição à acordos de propriedade e exploração (NKRUMAH, 1967).

Dessa forma, segundo Ahlman (2017):

Se antes de 1957 a preocupação era encontrar a melhor forma de reunir os grupos em torno de um projeto para alcançar o autogoverno, após a independência o projeto foi de aceleração e adaptação ao que era percebido como os perigos – internos e externos- da condição pós-colonial. Entre eles a secessão e a intervenção neocolonial que poderiam ameaçar as esperanças de um “novo começo” (ALHMAN, P.11, 2017, tradução nossa⁵).

⁵ No original: Whereas prior to 1957 the concern was how best to bring together the colony’s diverse peoples and constituencies in the shared political and social project of achieving self-government, the post-independence project was one of acceleration and adaptation to what were increasingly perceived as the dangers—internal and external—of the postcolonial condition. Here, fears of political disorder and subterfuge, neocolonial intervention in the activities of the state, and extranational allegiances threatened to cast a pall over the hopes and ambitions embodied in the sense of new beginning.

O primeiro ano de Nkrumah na Gana independente foi marcado pela elaboração de um plano quinquenal de desenvolvimento que abrangia as áreas de agricultura, indústria, transporte, comunicação e serviços sociais, entre os quais se destacam a educação, a saúde e a habitação. O governo havia herdado uma grande soma de reservas internacionais e o preço das commodities no mercado internacional estava favorável para os produtores de cacau. Além disso, a habilidade política de Nkrumah permitiu que ele negociasse empréstimos e parcerias internacionais que atraíram capital para Gana.

Segundo Buah (1998), Nkrumah possuía uma visão de economia mista para o país, que combinava atração de investidores e empresas internacionais com o fortalecimento do papel econômico do Estado. Assim, empresas pequenas e consideradas estratégicas receberam incentivos fiscais e crédito facilitado, enquanto monopólios de empresas metropolitanas foram substituídos por empresas estatais. Também foi importante um maior controle das instituições bancárias, que eram em sua maioria geridas por interesses externos em detrimento dos interesses locais (BUAH, 1998).

No âmbito da agricultura o governo buscou diversificar a produção, mas sem perder de vista a importância do cacau. Para competir com o monopólio de empresas metropolitanas, foi criada em 1952 a estatal *Cocoa Purchasing Company*, que, além de comprar o cacau, foi utilizada para a implementação de políticas públicas com vistas a auxiliar os produtores durante os períodos de baixa produção. No mesmo sentido, foram criados o Banco de Crédito Agrícola e a *State Farms Corporation*. Para diversificar a produção, o governo incentivou os agricultores a produzirem gêneros como a cana de açúcar e fibras vegetais, que seriam utilizados como matéria prima para as indústrias nascentes (DADSON, 1991).

Outro problema dizia respeito à modernização das técnicas de produção, que necessitavam não apenas de tecnologia, mas de profissionais qualificados. Assim, o governo criou o *Soil Institute Research* em Kumase e investiu na ampliação das faculdades de agronomia pelo país. Apesar das dificuldades enfrentadas pelos programas, tais como falhas na gestão de recursos públicos e na execução das políticas, houve um salto qualitativo na criação de uma consciência nacional acerca da importância da autossuficiência produtiva em gêneros agrícolas e da modernização dessas estruturas para a competição no mercado.

No âmbito industrial, Gana já possuía um desenvolvimento relativo na época colonial devido à extração de minérios como ouro e diamante. Porém, essas eram indústrias que produziam para a exportação e não estavam orientadas para complementar o desenvolvimento de indústrias de bens de consumo dentro do país. Durante o governo do CPP, a tendência foi de

nacionalizar empresas estrangeiras ou fazer do governo o sócio majoritário de suas ações (ASANTE, 1991).

A promoção de indústrias de manufatura, no entanto, enfrentava problemas como a falta de profissional qualificado, a dependência de importação de máquinas do exterior, a dependência de crédito do exterior e as dificuldades de escoar a produção. Todos esses elementos contribuíam para uma baixa produtividade e lucratividade, tornando seus investimentos arriscados e dependentes da ação do Estado como ator econômico para promoção da industrialização (BUAH, 1998).

Como resposta, o governo criou o *Capital Investment Board* e o *Industrial Development Bank*. Além disso, as indústrias patrocinadas pelo Estado foram agrupadas em torno do *Ghana Industrial Holding Corporation*, que produzia produtos como fármacos, enlatados, equipamentos agrícolas, químicos e têxteis. Em 1957, foi fundado o Banco de Gana, que aos poucos substituiu os bancos estrangeiros e forneceu crédito acessível e barato para investidores domésticos. No mesmo sentido, visando garantir independência para execução de políticas monetárias, Gana se retirou da *West African Currency Board* e criou sua própria moeda, o *Cedi* em 1957 (BUAH, 1998).

O desenvolvimento da infraestrutura industrial foi alavancado com a construção da hidroelétrica de Akosombo na região sudeste de Gana. Os planos para a criação de uma hidroelétrica na região datam do período colonial, no começo do século XX, porém sua construção ocorreu entre 1961 e 1966. A hidroelétrica foi responsável pela criação do Lago Volta, o maior lago artificial do mundo, que se estende do sudeste ao norte de Gana e representa uma das características geográficas mais marcantes do país. Além da geração de energia, o lago permite a conexão fluvial entre as diferentes partes de Gana. A hidroelétrica de Akosombo, por sua vez, foi importante devido ao seu potencial para garantir autonomia energética à Gana e uma fonte de energia barata para as indústrias (DARKO, 1991). Atualmente, Akosombo é responsável pela maioria da energia de Gana, Togo e Benim (BUAH, 1998).

Os avanços na área de transporte e comunicação incluem a construção da rodovia que conectava Accra, Takoradi, Axim, Tarkwa e Kumase, e a construção da ponte Adome, que conecta a região de Volta ao restante do país. Gana se retirou da *West African Airways* em 1958 e criou sua própria companhia aérea, a *Ghana Airways Corporation*. Também foram construídas ferrovias conectando Accra a Kumase, os dois maiores centros urbanos de Gana, e Achimota ao porto marítimo de Tema. O porto de Tema é o segundo maior porto marítimo de Gana, construído durante o governo de Nkrumah na região sudeste. Em torno do porto foi

construída uma cidade planejada com vistas a abrigar os trabalhadores portuários (KIRCHHERR, 1968)

A construção do porto de Tema tinha particular importância para o projeto nacional do CPP, visto que a cidade planejada ao redor dele deveria ser um dos três polos industriais de Gana, juntamente com Accra e Akosombo, a cidade construída para abrigar os trabalhadores da hidrelétrica de Akosombo. Tema foi planejada para abrigar escolas, hospitais, bancos, igrejas, comércio e centros de lazer, atingindo aproximadamente 100.000 habitantes em 1970. Além do porto, foram construídas indústrias de têxteis, produtos químicos e motores automotivos. Para o CPP, a transformação urbana de Tema e de Akosombo servia como uma vitrine permanente de um projeto moderno e socialista de construção nacional (MIESCHER, 2012). O porto de Tema, que iniciou suas operações em 1962, também era importante nesse sentido, visto que conectava não apenas Gana, mas a África Ocidental à economia global por meio de uma rede de produção e exportação planejada pelo CPP (ALHMAN, 2017).

É importante notar, no entanto, que a realização desses grandes projetos de infraestrutura foi feita por empresas estrangeiras, principalmente britânicas, pois não havia empresas de porte suficientemente grande em Gana para fazê-lo. Além disso, o governo foi bastante beneficiado pelo aumento dos preços do cacau no mercado internacional, o que garantiu um fluxo de receita suficiente para conduzir os investimentos. Nos anos posteriores, com a queda de Nkrumah e depois, com a crise global na década de 1970, os projetos industriais perderam os investimentos e foram, em sua maioria, descontinuados (ALHMAN, 2017).

No que diz respeito aos serviços sociais, houve uma ampliação significativa, especialmente para as regiões no interior do país, que durante a administração colonial foram negligenciadas. Em questões de políticas educacionais, o governo buscou atingir dois objetivos expressos no *Accelerated Development Plan of Education* de 1951: aumentar o nível de alfabetização da população e o número de profissionais qualificados para trabalhar no governo e na indústria. Segundo Alhman (2017), o nível de alfabetização em Gana ao final da década de 1940 era próximo de 10% da população (ALHMAN, 2017). Assim, houve a expansão das instituições de ensino nos três níveis, com a criação de escolas profissionalizantes, escolas de magistério e ampliação das faculdades de medicina, farmácia, administração, contabilidade e direito (BUAH, 1998). De acordo com Alhman (2017), entre 1951 e 1957, o número de matrículas no ensino primário subiu de 220.000 estudantes para 570.000, enquanto o número de escolas primárias também cresceu de 1.000 para mais de 3.400. Como consequência, o número de alunos no ensino secundário também aumentou, passando de pouco mais de 2.000 estudantes para quase 10.000 em 1957 (ALHMAN, 2017).

Para promover a pesquisa científica, o governo criou o *National Research Council* em 1958, a Universidade de Ciência e Tecnologia de Kumase, a Universidade de Cape Coast e o *Institute of African Studies* na Universidade de Gana, atualmente um dos mais importantes centros de pesquisa em pan-africanismo e história da África no continente. Em 1961 a educação primária foi tornada compulsória e gratuita, assim como a educação secundária nos anos seguintes. A expansão da rede educacional foi importante também para a realização das políticas de saúde, visto que Gana carecia de médicos e enfermeiros. Com maior fluxo de profissionais foi possível construir hospitais e ampliar a rede de atendimento básico para comunidades rurais.

Por fim, no âmbito da habitação e moradia, o governo teve que enfrentar o problema do crescimento demográfico acelerado que os principais centros urbanos de Gana experimentaram no período posterior a Segunda Guerra Mundial. Como as grandes cidades concentravam a maior parte das oportunidades de emprego, as populações do campo foram cada vez mais atraídas para elas, criando um crescimento urbano desorganizado. Assim, o governo construiu moradias populares que eram alugadas a valores inferiores para as pessoas de baixa renda e instituiu órgãos públicos responsáveis por facilitar a compra e construção de moradias por trabalhadores urbanos.

3.2 A POLÍTICA EXTERNA PAN-AFRICANISTA DE NKRUMAH (1957-1966)

A presente seção tem como objetivo analisar os movimentos que caracterizaram a política externa de Gana para a África no período entre a conquista da independência (1957) e a queda de Nkrumah (1966). Para tanto, serão explorados os atores envolvidos, o papel das instituições diplomáticas e a influência do pan-africanismo na construção de uma agenda de política externa para o continente. A seção está organizada cronologicamente, com destaque para três elementos: a criação da união Gana-Guiné-Mali, a crise do Congo e a criação da Organização da Unidade Africana.

No período em questão, Gana buscou consolidar sua posição como centro dos movimentos de libertação nacional e líder do movimento de integração continental. Para tanto, desenvolveu uma diplomacia ativa, caracterizada pela realização de conferências, criação de instituições pan-africanas, agências de propaganda, instituições de ensino e apoio aos movimentos de libertação. No entanto, devido a resistências domésticas e fatores externos, sua atuação externa passou por transformações, recuos e acomodações, as quais serão analisadas a seguir.

3.2.1 A construção de uma agenda pan-africana (1957-1959)

A atuação externa de Gana no pós-independência encontra suas origens no 5º Congresso Pan-Africano, realizado em Manchester em 1945. Por ocasião do evento, Nkrumah entrou em contato com uma ampla rede de pan-africanistas, entre eles o trinitino George Padmore. Nkrumah havia saído de Gana em meados da década de 1930 para estudar nos Estados Unidos, onde teve contato com organizações políticas de luta contra o racismo. Ao chegar em Manchester, Padmore foi sua principal referência. Juntos eles expressaram o desejo de levar as aspirações pan-africanas das diásporas para o continente africano. A independência de Gana, nesse sentido, representou uma oportunidade para colocá-las em prática.

Um dos principais elementos do pan-africanismo de Nkrumah e Padmore foi o apoio aos movimentos de libertação nacional e a ampliação da influência de Gana na África. Ambos trabalharam no sentido de reformar as instituições diplomáticas de Gana e de apoiar movimentos e/ou governos que consideravam alinhados com os ideais do pan-africanismo. Segundo Grilli (2015), tratava-se de encontrar os meios para exportar um modelo de conquista da independência, de organização política e de relacionamento externo (GRILLI, 2015).

Nessa primeira fase, Nkrumah defendeu que a independência deveria ser conquistada por meios pacíficos, recorrendo ao uso da violência em casos estritamente necessários. Essa ideia ficou conhecida como Ação Positiva, inspirada na atuação de Gandhi na independência da Índia, mas também na própria trajetória de Nkrumah em Gana. A defesa desse tipo de atuação se dava mais por considerações estratégicas que morais, pois Padmore acreditava que uma guerra colonial apresentava maiores riscos humanos e caos político. Essa abordagem, porém, mudaria gradualmente a partir da década de 1960, mais especificamente após os acontecimentos no Congo. Até a queda de Nkrumah, a política externa ganense continuou defendendo oficialmente o uso da não-violência, porém, de forma ambígua e, na prática, apoiando movimentos de libertação com recursos militares (GRILLI, 2015).

Outro pilar importante da política externa pan-africana foi o Neutralismo Positivo. Antes da independência, a Costa do Ouro já havia participado da Conferência de Bandung em 1955, na qual foram introduzidos os elementos para uma terceira via não-alinhada na disputa da Guerra Fria. Após a independência, o não-alinhamento se tornou parte integral da política externa ganense com vistas a limitar a influência da disputa bipolar nos processos africanos, mas também para afirmar a autonomia dos novos Estados no cenário internacional (GRILLI, 2015). Até 1966, Gana oscilou entre o Leste e o Oeste, adotando preferências de acordo com a situação política. Asante (2018) afirma que nos primeiros anos Gana esteve mais voltada para

o Ocidente, integrando a Commonwealth Britânica entre 1957 e 1960 como forma de conseguir apoio e legitimidade internacional no Ocidente. Após 1960, Gana voltou-se para a União Soviética, porém de forma cautelosa e mantendo proximidade com Estados do movimento não-alinhado (ASANTE, 2018).

Para promover a nova política externa foi necessário transformar as instituições encarregadas de sua condução. O serviço de relações exteriores de Gana havia sido treinado e fortemente influenciado pela administração britânica, o que era visto como uma vulnerabilidade para a realização das ambições de Nkrumah. Devido às pressões políticas e a própria escassez de recurso para substituir o corpo diplomático, Nkrumah patrocinou a criação de um órgão paralelo, o Escritório do Conselheiro do Primeiro Ministro para as Relações Exteriores, que, apesar de oficialmente integrar o Ministério de Defesa e Relações Exteriores, possuía liberdade para atuar nas questões relativas à promoção da luta anticolonial e pan-africana (GRILLI, 2015).

O órgão, que esteve sob direção de George Padmore até sua morte em 1959, foi responsável por estabelecer ligações com os movimentos nacionalistas no continente, conectando pessoas e organizações, assim como coletando e processando informações para ampliar a rede de influência de Gana⁶. O órgão foi uma das instituições pan-africanas criadas durante o governo de Nkrumah para coordenar especificamente ações no continente. Porém, a relação privilegiada de Padmore com Nkrumah, assim como a autonomia do órgão em relação a outras instituições do governo, criou um conflito com o Ministério de Defesa e Relações Exteriores.

Segundo Thompson (1969), o conflito entre instituições ortodoxas do Estado ganense e as novas instituições pan-africanas representa um elemento definidor das dinâmicas políticas de Gana no período. O órgão trabalhou em conjunto com o Ministério em alguns eventos importantes, como a realização da Conferência dos Estados Africanos Independentes (1958) e a Conferência dos Povos Africanos (1958), ambas realizadas em Accra. Porém, essa divisão contribuiu para que parte do serviço diplomático desconfiasse das intenções de Nkrumah, particularmente a partir dos anos 1960, quando as indicações para os cargos foram feitas cada vez mais com base no alinhamento ideológico ao CPP e houve uma marginalização cada vez maior do Ministério em relação ao Escritório de Padmore (THOMPSON, 1969).

⁶ As atividades do órgão foram auxiliadas pelos investimentos do CPP em uma campanha de propaganda doméstica e internacional. Além de jornais como o Evening News e Ghana News, também foi criada a Rádio Gana, que transmitia mensagens de diferentes partidos nacionalistas, que podiam usar a infraestrutura de comunicações disponível. Essa realizava a transmissão de programas em português, inglês e francês sobre temas relacionadas ao pan-africanismo e a luta de libertação nacional (FULLER, 2014).

A Conferência dos Estados Africanos Independentes (CEAI), realizada em 1958, foi a primeira oportunidade para Nkrumah e Padmore apresentarem a nova política externa ganense para a África. Participaram a República Árabe Unida (Egito e Síria), Etiópia, Gana, Libéria, Marrocos e Sudão. A Conferência conseguiu reunir líderes de Estados independentes da África do Norte e da África Subsaariana para discutirem temas como as relações interafricanas, a atuação em conjunto nas Nações Unidas⁷ e o apoio aos movimentos de libertação (KODJO; CHANAIWA, 2011).

A oportunidade de colocar em prática as discussões, no entanto, ocorreu em outubro daquele ano, quando a Guiné de Sekou Touré conquistou a independência de forma conturbada. O país se recusou a participar do referendo francês para a criação de uma Comunidade Francesa entre as colônias francófonas da África Ocidental. Como resposta, o governo francês determinou a saída de profissionais do serviço público, médicos e engenheiros do país, deixando o novo governo em uma situação de grande vulnerabilidade. Nesse contexto, Nkrumah viu uma oportunidade de promover sua política pan-africana, oferecendo um acordo de união política com o país em troca de apoio material e diplomático (ASANTE, 2018).

A União Gana-Guiné foi oficializada em maio de 1959. No início, a União deveria desempenhar um papel mais simbólico que prático, pois ela ocorreu logo antes da Conferência dos Povos Africanos (CPA). A CPA foi uma oportunidade política para Nkrumah apresentar a União como um primeiro passo em direção a integração continental. Padmore discordou de Nkrumah a respeito da abordagem continental, afirmando ser necessário uma abordagem gradualista, que considerasse primeiramente as particularidades da África Ocidental. No entanto, a visão de Nkrumah prevaleceu e a Declaração de Conacri, que instituiu a União, descreve-a como “uma união de Estados Africanos Independentes aberta a todos os Estados independentes ou Federações que também concordem com os princípios sob os quais a União se baseia” (GRILLI, p. 37 2015).

A União tinha um significado importante para as pretensões de Gana de ser vista como o centro do movimento de libertação nacional na África, especialmente em um contexto no qual o Egito uniu-se com a Síria para formar a República Árabe Unida em 1958. O novo país também era um importante membro do bloco não-alinhado e defendia a união do pan-arabismo com o pan-africanismo. Apesar dos muitos pontos em comum, Accra e Cairo discordavam em

⁷ Nkrumah defendia as Nações Unidas como um importante fórum para a propagação do pensamento pan-africanista e anticolonial. Gana foi um dos atores mais influentes na criação da Comissão Econômica para a África das Nações Unidas (1958). Sobre esse aspecto, Visentini (2020) aponta que, tendo em vista os recursos limitados por meio do qual opera a política externa dos Estados Africanos, com falta de especialistas, embaixadas e informações, a ONU representa o espaço mais conveniente de atuação diplomática (VISENTINI, 2020).

questões como o uso da violência na Guerra da Argélia, com o último sendo a favor e o primeiro contra. Além disso, Cairo era mais forte economicamente e, apesar de oficialmente não-alinhada, estava muito mais próxima da União Soviética. A proximidade de Cairo com a União Soviética fez com que as potências ocidentais, especialmente Estados Unidos e Reino Unido, acompanhassem de perto a organização da CPA, com temores a respeito da sua finalidade. Nesse contexto, Nkrumah, mesmo oficialmente um aliado de Nasser, buscou se distanciar do líder árabe a fim de garantir que o foco da conferência fosse a promoção nova política externa ganense (THOMPSON, 1969).

A CPA trouxe mudanças internas para Gana. Como resultado das necessidades de acomodação dos delegados e dos movimentos de libertação nacional, foi criada a segunda instituição pan-africana, subordinada ao Escritório de Padmore: o Centro de Assuntos Africanos (CAA). Inicialmente planejado como uma acomodação temporária para os delegados da conferência, o CAA se tornou nos anos seguintes um importante ponto de encontro e de trocas entre líderes de toda a África. Além de acomodações, o CAA também passou a oferecer palestras e a organizar eventos para propagar o pensamento pan-africano de Nkrumah (GRILLI, 2015). Participaram da CPA mais de duzentos delegados, oriundos de 36 organizações nacionalistas. Em função do evento, Patrice Lumumba, líder nacionalista congolês, assim como o angolano Holden Roberto e Franz Fanon estabeleceram escritórios em Accra e passaram a colaborar com o CAA e o Escritório de Padmore (ASANTE, 2018).

O Escritório de Padmore ampliou suas atividades e recebeu ainda mais atenção de Nkrumah após a Conferência. Gana expandiu sua atuação para diversas regiões, tendo como foco imediato a África Ocidental. Além da diplomacia tradicional, Gana também utilizou de outros meios para garantir o apoio à sua agenda continental como, por exemplo, o apoio aos grupos de oposição alinhados aos interesses ganenses em países considerados estratégicos. (THOMPSON, 1969). Se um grupo de oposição alinhado a Nkrumah chegasse ao poder, Gana teria mais recursos para pressionar pela união política. Os Estados cujos movimentos de oposição receberam apoio ganense foram Togo, Niger, Nigéria, Costa do Marfim e Camarões.

No que tange ao Camarões, Nkrumah ofereceu apoio ao partido de Felix Moumié, o *Union du Peuple Camerounaise* (UPC), que havia sido banido do Camarões pela sua plataforma política anticolonial e contrária ao projeto de Comunidade Francesa. Os membros do partido receberam apoio material, bolsas de estudo e recursos para mobilização política no Centro de Assuntos Africanos em Accra (GRILLI, 2015). A apoio ganense causou atrito nas relações diplomáticas com Camarões, que acusou Gana de ingerência nos assuntos domésticos.

No caso da Costa do Marfim, Gana concedeu asilo político ao grupo secessionista do Reino de Sanwi. A província recusou-se a integrar o país no pós-independência e sofreu repressão da França e do governo de Houphoet-Boigny. Como alternativa, os líderes Sanwi voltaram-se para Gana, requisitando asilo político e unificação ao país. Segundo Grilli (2015), essa demanda foi baseada na origem comum entre os povos Sanwi e Nzima em Gana⁸. Nkrumah concedeu asilo político, porém foi aconselhado por Padmore a não aceitar as demandas de unificação, devido aos riscos que uma confrontação aberta com a Costa do Marfim traria na relação de Gana com os vizinhos da África Ocidental. Ainda assim, a aliança com o grupo continuou sendo utilizada por Gana nos anos seguintes como forma de pressionar o governo de Houphoet-Boigny. Em 1964, Gana passou a oferecer treinamento militar ao grupo (THOMPSON, 1969).

No Níger, Gana apoiou o grupo de oposição *Mouvement Socialiste Africain (MSA)* ou *Sawaba*. De forma similar ao UPC, o grupo foi banido do Níger em 1959, após se opor ao projeto de Comunidade Francesa. O líder Djibo Bakary mantinha relações próximas com Nkrumah desde a Conferência dos Povos Africanos, o que facilitou o acolhimento do pedido de apoio por parte de Accra. Em Gana, o partido de Bakary estabeleceu um escritório no Centro de Assuntos Africanos e recebeu treinamento militar a partir de 1960. O objetivo era atuar externamente para desestabilizar o governo considerado de inclinação neocolonial do Níger (GRILLI, 2015)

As relações com a Nigéria também foram conturbadas. Até 1959, Gana apoiou o partido majoritário de Nmandi Azikiwe, o *National Council of Nigeria and the Cameroons (NCNC)*. Porém, ao final de 1959 Gana mudou seu apoio para o partido de oposição Action Group, liderado por Obafemi Awolowo. Segundo Grilli (2015), a razão foi a oposição de Azikiwe ao projeto de União Gana-Guiné. Além disso, Nkrumah havia se retirado das instituições como a *West African Currency Board*, que conectava monetariamente Gana, Nigéria, Serra Leoa e Gâmbia. Nos anos seguintes, após a independência da Nigéria, a aliança entre Gana e o Action Group foi um importante mecanismo de pressão sobre o governo nigeriano (GRILLI, 2015).

Por fim, no caso de Togo, Gana apoiou a oposição liderada por Sylvanus Olympio, a fim de realizar uma possível união entre os dois países caso Olympio chegasse ao poder. Gana e Togo compartilhavam uma história comum de colonização devido à região ganense do Volta, que foi integrada ao território ganense após um plebiscito na região (ADOTEY, 2021).

⁸ Nkrumah tinha origem Nzima, cuja população se concentrava, em sua maioria, no sudoeste de Gana e sudeste da Costa do Marfim.

A partir de 1960 a política externa de Gana entraria em uma nova fase, representada por uma aproximação com a União Soviética e intensificação das atividades pan-africanas. O evento catalisador dessa mudança foi a crise no Congo, com o assassinato do líder nacionalista Patrice Lumumba e a divisão do movimento pan-africanista em dois polos. Essa divisão precipitou um isolamento cada vez maior de Nkrumah e o crescimento de uma alternativa pan-africana “moderada”, a qual teve um papel importante para a formação da OUA em 1963. Esses acontecimentos serão explorados na seção seguinte.

3.2.2 A crise no Congo e a criação da Organização da Unidade Africana (1960-1966)

As mudanças na política externa de Gana começaram ainda em 1959, quando George Padmore foi afastado do Escritório do Conselheiro do Primeiro Ministro para as Relações Exteriores devido a complicações de saúde. Ao final do ano, com a morte de Padmore, o Escritório foi renomeado para Escritório de Assuntos Africanos (EAA), com maior financiamento e integração ao CPP. Aloysius K. Barden passou a ocupar o posto de Padmore, tendo sido treinado pelo próprio Padmore desde 1958 para substituí-lo (THOMPSON, 1969).

No ano de 1960, 17 Estados africanos conquistaram a independência, o que demandou a elaboração de novas diretrizes para a atuação externa. Com vistas a fortalecer a plataforma pan-africana de Gana, Nkrumah entrevistou diretamente em cargos do serviço público, nomeando membros do partido considerados mais alinhados ideologicamente. Além disso, criou o Comitê de Assuntos Africanos, outra instituição pan-africana cujo objetivo era aconselhá-lo a respeito de decisões de política externa na ausência de Padmore. O Comitê abrangeu as demais instituições pan-africanas, como o Escritório de Assuntos Africanos e o Centro de Assuntos Africanos, com vistas a integrar os processos de decisão de política externa para a África (ASANTE, 2018).

Além dessas instituições, também foi criado em 1960 o Instituto Ideológico Kwame Nkrumah, uma escola do partido com vistas a formar as próximas gerações de líderes pan-africanos. A Instituição merece destaque pois sua criação representa a unificação entre os interesses domésticos e internacionais do CPP. Sua função seria formar quadros para o partido e o serviço público, mas também líderes de outros países, de forma a propagar o pensamento pan-africano de Nkrumah (ASANTE, 2018). A política externa passou a fazer parte do currículo escolar e da propaganda doméstica do país como forma de informar os cidadãos a respeito da atuação de Gana no exterior. Nesse sentido, a revista *Voice of Africa* foi uma das mais

destacadas do período, publicada em inglês e francês, e distribuída para todos os países da África Ocidental (FULLER, 2014).

Em abril de 1960, Gana realizou a *Positive Action Conference for Peace and Security in Africa (PACPSA)*. Os delegados que participaram da conferência eram provenientes de partidos nacionalistas, mas também de governos (República Árabe Unida, Libéria, Sudão, Etiópia) e associações civis como sindicatos. Nkrumah aproveitou a conferência para defender a estratégia da Ação Positiva em oposição a métodos violentos de conquista da independência. O líder ganense destacou a importância dessa estratégia em dois casos: na condenação dos testes nucleares realizados pela França no Saara e a condenação dos regimes de segregação racial na África Austral.

No que tange às relações com os Estados da África Austral, Gana estabeleceu, a partir de 1960, contatos mais intensos com uma série de movimentos. Entre eles estavam o *Basutoland Congress Party (BCP)* da Basutolândia; *Malawi Congress Party (MCP)* do Malauí; *Ngwane Liberatory Congress (NLC)* da Suazilândia; *United National Independence Party (UNIP)* da Rodésia do Norte; *National Democratic Party (NDP)* da Rodésia do Sul e *African National Congress (ANC)* e *Pan-African Congress (PAC)*, ambos da África do Sul. Gana também buscou fortalecer sua presença em Angola e Moçambique, de forma a estar presente em toda a região (AHLMAN, 2011).

No caso da África do Sul, Gana passou a receber asilados políticos após o Massacre de Sharpeville. O (PAC) da África do Sul havia organizado um protesto pacífico no bairro de maioria negra de Sharpeville, na periferia de Joanesburgo, contra a lei que obrigava negros a utilizarem um tipo de passaporte doméstico para se deslocar dentro do próprio país. A polícia sul-africana reprimiu o protesto atirando contra os manifestantes e o PAC e o ANC foram colocados na ilegalidade (AHLMAN, 2011). Nesse contexto, o Escritório de Assuntos Africanos logo se colocou à disposição para receber asilados políticos. O número de pedidos, no entanto, ultrapassou a capacidade de Gana de recebe-los. Assim, Nkrumah e Barden decidiram que a melhor estratégia seria enviar recursos materiais para os membros do partido, o que foi possível devido à conexão com os demais movimentos nacionalistas da África Austral.

O maior desafio à política externa ganense e à sua influência na África, no entanto, viria com a crise do Congo em julho de 1960. O Congo conquistou sua independência da Bélgica por meio de um processo negociado. Havia uma tensão política entre os movimentos nacionalistas que pretendiam um governo centralizado e interétnico – liderado por Patrice Lumumba, pan-africanista próximo de Nkrumah – e os movimentos com base étnica que desejavam a criação de um Estado federado – liderados por Joseph Kasavubu. Nas eleições

supervisionadas pela Bélgica, Lumumba foi eleito primeiro ministro e Kasavubu presidente. Após a saída Belga, Kasavubu orquestrou um golpe de Estado contra Lumumba. No mesmo período, a província de Katanga, rica em minérios, iniciou um movimento separatista sob liderança de Moïse Tshombe. Aliada aos interesses monopolistas das empresas mineradoras ocidentais, a província declarou independência do Congo, iniciando uma guerra que teve impacto em toda a África (CASTELLANO, 2012; VISENTINI et al, 2020).

Segundo Schmidt (2013), o grupo financeiro mais poderoso da Bélgica, o *Société Générale de Belgique* controlava cerca de 70% da economia do país. As minas na província de Katanga, ricas em minerais estratégicos como cobre, cobalto e urânio, estavam sob controle da empresa anglo-belga, *Union Minière du Haut Katanga*. Além disso, a Bélgica, os Estados Unidos e os regimes de minoria branca na África Austral temiam a radicalização do governo de Patrice Lumumba, o que os levou a apoiar a província de Katanga (SCHMIDT, 2013).

Como resposta, Patrice Lumumba recorreu às Nações Unidas, afirmando que a Bélgica estava tentando recolonizar o Congo. A União Soviética, que até então não tinha entrado no conflito, apoiou uma solução multilateral que assegurasse a permanência do governo ideologicamente alinhado de Patrice Lumumba sem intervenção militar direta. Para os Estados Unidos a solução também foi inicialmente positiva. Assim, as duas superpotências aprovaram no Conselho de Segurança e intervenção das Nações Unidas. A intervenção, largamente patrocinada pelos Estados Unidos, tinha como objetivo assegurar a propriedade dos colonos brancos e a resolução da crise a favor dos interesses ocidentais. Esse fato levou a um rompimento de Lumumba com as forças das Nações Unidas e a requisição de ajuda material à União Soviética (SCHMIDT, 2013).

A União Soviética respondeu com cautela, pois não desejava ingressar em um conflito militar em uma região dominada por interesses ocidentais. Como forma de conter Lumumba, que possuía grande popularidade e capital político, os Estados Unidos e a Bélgica orquestraram seu assassinato. Apesar de Kasavubu ocupar a posição de presidente, o poder efetivo estava nas mãos do chefe das forças armadas, Joseph Mobutu. Esse foi responsável por prender Lumumba e entrega-lo aos secessionistas da província de Katanga, onde foi torturado e assassinado. As forças da ONU, por sua vez, atuaram favoravelmente a Mobutu e aos interesses dos Estados Unidos (SCHMIDT, 2013).

O alinhamento da ONU aos interesses de Washington e o apoio da União Soviética a Lumumba criaram uma situação de desconfiança em relação aos interesses norte-americanos na África. Em 1961, com a eleição de John F. Kennedy, os Estados Unidos mudaram sua política para a África, passando a apoiar a resolução da ONU pela descolonização em

detrimento das potências europeias e buscando garantir regimes independentes aliados. Os Estados Unidos se tornaram o principal financiador do regime congolês, que continuou a ser o campo de batalha da Guerra Fria na África nos anos seguintes. Em 1964, os apoiadores de Lumumba haviam conquistado influência em grande parte do território, ameaçando o regime aliado aos Estados Unidos (SCHMIDT, 2013).

Em agosto de 1964, os rebeldes lumumbistas proclamaram a República Popular de Stanleyville, que recebeu apoio de Gana, Guiné, Tanzânia, República Árabe Unida, Argélia, União Soviética, Alemanha Oriental, Cuba e China. O apoio ocidental, no entanto, foi maior e resultou na destruição dos secessionistas. Em novembro de 1964, Mobuto assumiu o comando do país com apoio dos Estados Unidos. Foi instaurado um regime pró-ocidental, com garantias especiais de exploração das riquezas minerais para empresas norte-americanas e europeias, que governou de forma ditatorial até o final da década de 1990. (CASTELLANO, 2012; VISENTINI et al, 2020).

Até 1959, Gana apoiara Kasavubu, pois o considerava como mais provável de chegar ao poder. A preferência por Lumumba ocorreu devido ao encontro com Nkrumah na Conferência dos Povos Africanos, quando ambos os líderes encontraram afinidades ideológicas. O partido de Lumumba, o *Mouvement National Congolais (MNC)*, era visto como um partido de massas moderno, alinhado com a ideologia do CPP em Gana. Assim, imediatamente após a independência, Gana enviou médicos, engenheiros e servidores públicos para o Congo, que carecia de mão de obra qualificada (ASANTE, 2019). O Congo seria um importante aliado pan-africano no centro da África, porém a situação se deteriorou rapidamente.

Quando a província de Katanga declarou sua secessão do restante do país, Gana mobilizou seus recursos militares disponíveis para auxiliar o governo de Lumumba. Nesse período, a rede de contatos e de apoio criada pelo Escritório de Assuntos Africanos desde 1957 foi posta à prova, garantindo informações adequadas a respeito dos acontecimentos políticos no Congo para a realização das operações de ajuda. Em agosto de 1960, Nkrumah propôs a Lumumba uma união política entre Gana e o Congo, porém, o conflito logo assumiu proporções globais e as ações de Gana se revelaram insuficientes diante das forças externas que passaram a atuar no país (ASANTE, 2019).

De forma paradoxal, enquanto a política externa pan-africana de Gana sofreu uma forte derrota, o Escritório de Assuntos Africanos provou ser capaz de operar em escala continental e passou a receber ainda mais investimentos do governo de Nkrumah. Em novembro de 1960, Gana e Guiné se aproximaram de Modibo Keita, presidente da Federação do Mali e um dos poucos líderes na África Ocidental disposto a apoiar a causa da unidade africana. O Escritório

de Assuntos Africanos desempenhou um papel chave na aproximação com o Mali, garantindo o anúncio, ao final de 1960, da União Gana-Guiné-Mali (GRILLI, 2015).

A união se revelaria uma das últimas vitórias políticas de Nkrumah, que, após a crise do Congo, começou a perder influência no movimento pan-africanista e de libertação nacional. A situação no Congo revelou as fragilidades da política de Ação Positiva defendida por Nkrumah e também do não-alinhamento na disputa bipolar, tendo em vista a entrada decisiva dos Estados Unidos e da União Soviética no conflito. O conflito também contribuiu para a divisão dos líderes africanos em dois campos opostos. Essa divisão ocorria devido a posição quanto a autonomia da província da Katanga. Enquanto o Grupo de Brazzaville e Monróvia apoiava o secessionista Kasavubu, o Grupo de Casablanca apoiava o governo de Lumumba.

O Grupo de Brazzaville foi formado por 12 Estados francófonos (Camarões, República Centro Africana, Chade, Congo Brazzaville, Dahomey, Gabão, Costa do Marfim, Madagascar, Mauritânia, Niger, Senegal e Alto Volta) ao final de 1960. O grupo adotou uma posição pró-occidental e apoiou o golpe de Kasavubu contra Lumumba. Como resposta, Nkrumah buscou criar um grupo que se opusesse ao de Brazzaville. Em janeiro de 1961, foi realizada a Conferência de Casablanca no Marrocos. Os participantes foram Gana, Guiné, Argélia (representada pela Frente de Libertação Nacional), Líbia e República Árabe Unida. Além do menor número, nem todos os Estados que participaram da conferência estavam dispostos a apoiar Nkrumah. O Marrocos aceitou ser a sede da Conferência depois de ter sua proposta de unificação com a Mauritânia derrotada nas Nações Unidas. Como forma de pressão, o rei marroquino Mohammed V decidiu se aproximar dos líderes considerados mais “radicais”. A Líbia, por sua vez, deixou o grupo de Casablanca para integrar o Grupo de Monróvia, criado em maio de 1961 (WALLERSTEIN, 2006).

O Grupo de Monróvia absorveu os 12 membros do grupo de Brazzaville em uma composição que contava ainda com a presença da Nigéria, Serra Leoa e Líbia. Como visto na seção anterior, as relações entre Accra e Lagos estavam prejudicadas devido ao apoio da primeira ao partido de oposição nigeriano, mas também devido à proximidade de Lagos com o governo britânico. No mesmo sentido, outros Estados da África Ocidental suspeitavam das intenções de Nkrumah e acusavam Gana de treinar militarmente terroristas para desestabilizar países vizinhos. Com a criação do Grupo de Monróvia Nkrumah ficou cada vez mais isolado no continente. Como forma de romper com esse isolamento, Gana buscou uma aproximação mais intensa com Moscou. Essa aproximação começou a ocorrer devido à crise do Congo, mas ganhou força depois que Nkrumah anunciou uma viagem diplomática para os membros do bloco soviético em meados de 1961. Simultaneamente, o país buscou se aproximar dos blocos

dos países não alinhados com a participação na Conferência de Belgrado em setembro de 1961 (GRILLI, 2015).

Em 1962, o projeto de União Gana-Guiné-Mali entrou em crise e acabou por se desfazer. Sekou Touré, presidente da Guiné, aceitou uma proposta do imperador da Etiópia, Haile Selassie para estabelecer uma possível união entre os Estados de Monróvia e Casablanca. Em agosto de 1962, Guiné enviou representantes para 18 Estados africanos, convidando-os para participar da Conferência de Addis Ababa, que seria realizada em 1963 e daria origem a Organização da Unidade Africana (WALLERSTEIN, 2006) O líder guineense foi protagonista dessa articulação, pois temia que a política externa cada vez mais agressiva de Gana acabasse por isolar também a Guiné A maioria dos Estados africanos, inclusive do Grupo de Monróvia, apoiavam a criação de um tipo de organização de integração, porém desconfiavam das intenções de Nkrumah e consideravam sua proposta de integração impraticável. Nesse sentido, a criação de uma plataforma “moderada” de integração era vista como melhor opção pela maioria (PEREIRA; KOWALSKI, PAGLIARINI, 2019).

Na Conferência de Addis Ababa, Nkrumah buscou recuperar sua imagem de líder do movimento pan-africanista, porém seu isolamento só aumentou. Sua proposta de uma união com política monetária, securitária e econômica comum não foi bem recebida pelos demais líderes. Apenas Uganda, Argélia, Mali e República Árabe Unida apoiaram, parcialmente, as ideias de Nkrumah. A Carta da OUA estabeleceu o foco em organizações regionais em detrimento de uma organização centralizada e enfatizou a necessidade de respeitar as fronteiras da independência e a soberania dos novos países (ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA, 1963). Além disso, o Comitê de Libertação criado pela OUA a fim de patrocinar os movimentos de libertação nacional excluiu deliberadamente Gana dos seus membros. No seu lugar, os membros que compuseram o Comitê foram Argélia, Etiópia, Guiné, Congo, Nigéria, Senegal, Tanzânia, República Árabe Unida e Uganda⁹ (GRILLI, 2015).

A relação de Gana com o comitê se mostrou conturbada, visto que o país não queria perder o posto de centro dos movimentos de libertação nacional para Dar-Es-Salam na Tanzânia, que havia sido escolhida como a cidade sede do Comitê da OUA. Ao ser rejeitado como membro do Comitê, Nkrumah intensificou sua política pan-africana para competir pela influência sob os movimentos de libertação na África Austral. Assim, Gana apoiou no período o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIG), liderado por Amílcar Cabral e também o Movimento pela Libertação de Angola (MPLA). Ambos criticaram o

⁹ A atuação do Comitê de Libertação da OUA é explorada em maiores detalhes na seção 4.2 do trabalho.

Comitê da OUA por prestar pouco apoio material as suas causas e elogiaram a resposta ganense (ASANTE, 2018).

Em 1963, Nkrumah sofreu uma tentativa de assassinato, o que levou a uma radicalização ainda maior da política ganense. A tentativa de eliminar Nkrumah foi organizada pelo United Party, partido de oposição de Gana exilado em Togo. Após o ataque, Nkrumah intensificou suas críticas aos líderes pan-africanos moderados. Em 1964 Gana foi transformado em um Estado de Partido Único, com o CPP controlando virtualmente todas as instituições de governo do país. Gana passou a ser vista como uma ameaça não apenas pelos países moderados, mas também pelo Ocidente, que temia que Gana pavimentasse o caminho para o socialismo e a influência soviética na África – o que era infundado, visto que Nkrumah sempre buscou manter uma posição autônoma no conflito bipolar (ASANTE, 2018).

Em janeiro de 1965, embaixadores britânicos e americanos reuniram-se em Dakar para discutir a influência de líderes subversivos no continente africano. Nkrumah foi apontado como uma ameaça aos interesses ocidentais no continente, juntamente com Nasser. No mesmo ano, Nkrumah teve a última oportunidade de aumentar seu protagonismo na OUA em função da cúpula da organização que seria realizada em Accra. O governo de Gana realizou grandes investimentos para transformar Accra em uma capital alternativa da organização. No mesmo sentido, Nkrumah removeu Aloysious K. Barden do posto do EAA, o qual era um dos principais alvos da propaganda Ocidental contra Gana devido ao seu envolvimento em treinamento militar de movimentos de libertação (GRILLI, 2015).

As mudanças, no entanto, não foram capazes de recuperar o protagonismo ganense diante dos membros da OUA. No início de 1966, em visita diplomática à República Popular da China, Nkrumah foi derrubado por um golpe de Estado orquestrado com apoio de forças anglo-americanas, do exército e da oposição. O novo governo militar de Gana, o *National Liberation Council (NLC)*, impôs um fim imediato a política pan-africana de Gana, estabelecendo relações de proximidade com o Ocidente e abandonando o apoio aos movimentos de libertação nacional que havia caracterizado a política de ganense desde a independência (ASAMOA, 1991).

4 O GOVERNO DE JULIUS NYERERE NA TANZÂNIA (1961-1985)

No início da década de 1960, a Tanganica, depois renomeada Tanzânia devido a união com o arquipélago de Zanzibar, destacou-se como um importante ator no apoio aos movimentos de libertação nacional, na luta contra os regimes de segregação racial e no apoio a organizações pan-africanas como a OUA e a Comunidade da África Oriental (CAO). No âmbito doméstico,

o governo de Nyerere buscou consolidar o nacionalismo tanzaniano em torno do conceito de *Ujamaa*, ou socialismo africano. A *Ujamaa* informou as políticas sociais e econômicas do governo de Nyerere, como o reassentamento de populações em comunidades rurais sob direção do Estado. Apesar de não ter trazido o desenvolvimento econômico previsto, a *Ujamaa* foi uma importante plataforma para a consolidação do nacionalismo tanzaniano, especialmente devido ao seu foco em comunidades rurais.

O presente capítulo tem como objetivo analisar os elementos constitutivos do nacionalismo e da atuação externa pan-africanista da Tanzânia no período que Nyerere esteve à frente do governo. Dessa forma, a primeira seção apresenta as origens do movimento nacionalista, as disputas em torno do Estado, as transformações trazidas pela Declaração de Arusha e uma análise da “burguesia burocrática” como classe dominante no país. A segunda seção, por sua vez, trata da União Tanganica-Zanzibar, do envolvimento da Tanzânia na OUA, do apoio aos movimentos de libertação nacional e das relações com Quênia e Uganda no âmbito da CAO.

4.1 UJAMAA E O SOCIALISMO TANZANIANO NO PÓS-INDEPENDÊNCIA

4.1.1 A independência e as disputas pelo poder do Estado.

Julius Kambarage Nyerere nasceu em 1922, na região de Butiama, próxima ao Lago Victória, no noroeste do atual território da Tanzânia. Em razão de ser filho de um respeitado chefe local, Nyerere pode estudar gratuitamente em uma escola colonial. Ao completar 12 anos, começou a estudar na *Mwisenge Native Authority School*, na região de Musoma. Nessa escola teve contato com James Irange, um jovem professor que, ao longo dos anos, inspirou Nyerere a refletir sobre os problemas do colonialismo. Em 1943, Nyerere teve a oportunidade de estudar na Universidade de Mekerere em Kampala, Uganda. Durante sua graduação, Nyerere trabalhou ativamente em organizações pela independência como a *Tanganyika African Welfare Association (TAWA)*. Em Mekerere, Nyerere começou a esboçar os elementos da sua ideologia anticolonial, como a defesa da não violência e do socialismo africano (BJERK, 2015; CHACHAGE; CHACHAGE, 2004).

Em 1949, Nyerere partiu para Edimburgo para realizar uma pós-graduação em História e Economia. Durante esse período, integrou a Sociedade Fabiana e desenvolveu a filosofia política que depois informaria as políticas da Tanzânia pós-independência. Entre as posições defendidas por Nyerere estava a recusa da política representação paritária, segundo a qual

africanos, europeus e indianos vivendo no território da antiga Tanganica teriam o mesmo número de representantes no órgão legislativo, independentemente do tamanho populacional de cada grupo. Em contraste, Nyerere defendia o estabelecimento do sufrágio universal que elegeria um governo democrático com base na vontade da maioria sem restrições raciais (BJERK, 2015).

Ao retornar para a Tanzânia em 1952, Nyerere se estabeleceu como professor nas proximidades de Dar Es Salaam e passou a integrar a *Tanganyikan African Association* (TAA), organização que pressionava por uma maior participação de africanos nas decisões do governo colonial. No início dos anos 1950, a organização estava passando por transformações, adotando gradualmente posições a favor da independência. No ano seguinte, a organização foi renomeada para *Tanganyika African National Union* (TANU), tornando-se um partido nacionalista que alcançaria grande influência nos anos seguintes (CHACHAGE; CHACHAGE, 2004).

Até o final da 1ª Guerra Mundial, o território da Tanganica compunha a região da África Oriental Alemã na região dos Grandes Lagos, juntamente com Burundi e Ruanda. Com a derrota da Alemanha na guerra, o território passou a ser administrado como um Mandato da Liga das Nações pelos britânicos. Após a 2ª Guerra Mundial, com a criação do Conselho de Administração Fiduciária das Nações Unidas, a Tanganica continuou a ser considerada um território sob tutela, ao qual deveria ser concedida a independência. Depois de uma missão do órgão recomendar que a independência fosse concedida na década de 1980, o TANU começou a pressionar as Nações Unidas e os britânicos pela aceleração do processo (BJERK, 2015).

O TANU era um partido de origem urbana, cujos fundadores eram em sua maioria africanos com educação formal. Sob direção de Nyerere, o partido cresceu de forma exponencial, expandindo sua influência para as áreas rurais mais afastadas. De acordo com Bjerck (2015), em 1955 o número de filiados era de aproximadamente 2 mil membros, subindo para 40 mil no ano seguinte e para mais de um milhão em 1960. O partido criou organizações de jovens e mulheres que contribuíram para sua expansão (BJERK, 2015).

Como resposta ao crescimento do TANU, a comunidade de colonos europeus na Tanganica começou a financiar organizações como a *Tanganyika National Society* (TNS), composta também por africanos, mas defendendo os interesses da minoria branca. Havia temores que as agitações pela independência pudessem resultar em conflitos violentos como a rebelião Mau-Mau no Quênia. O objetivo da TNS era pressionar por um governo independente que mantivesse os privilégios europeus. A retórica política do grupo, afirmava defender um governo no qual o elemento racial não seria definidor da cidadania e de pertencimento ao Estado. Para a TNS, o pertencimento à Tanganica seria resultado de um acordo “mútuo” entre

os membros da sociedade, sem especificar, no entanto, qual seria a participação de cada membro. A TNS afirmava, em consonância com a ideologia colonizadora, que seu objetivo era “estabelecer padrões morais, culturais e espirituais da civilização, ajudando os membros de todas as raças a alcançar tais padrões” (BJERK, p.40, tradução nossa, 2015). Na realidade, o objetivo da organização era evitar a conquista da independência por um governo de maioria africana.

Seguindo um caminho similar à TNS, dissidentes políticos do TANU criaram o partido de oposição *United Tanganyika Party* (UTP) com apoio financeiro dos colonos europeus. O UTP defendia a criação de uma legislação com representação paritária, segundo a qual africanos, europeus e asiáticos teriam a mesma quantidade de cadeiras na assembleia, independentemente do tamanho populacional de cada grupo.

Em contraste, o TANU buscou distanciar-se tanto da ideologia Mau-Mau quanto das demandas da TNS e do UTP. O partido trabalhou no sentido de construir uma nação sem referência a elementos raciais, porém reconhecendo a posição hierarquizada de cada grupo na sociedade e a necessidade de reverter esse quadro. Em artigo publicado no jornal estatal *Nationalist*, Nyerere (1968) afirma que:

Dividir as pessoas trabalhando pela nossa nação em grupos de “bons” e “maus”, de acordo com a cor da pele, a origem nacional ou tribal, é sabotar o trabalho que acabamos de iniciar. Nós temos que decidir se uma pessoa é eficiente em um trabalho específico, se ela é honesta e se ela está trabalhando de forma leal. Aqueles entre nós que se reconhecem como socialistas científicos devem ser científicos e objetivos nos pensamentos e julgamentos. Nós temos que pensar sobre os homens, não sobre os ‘asiáticos’, ‘europeus’ ou ‘americanos’ (NYERERE, p. 41, tradução nossa, 1968).¹⁰

Em 1958, o governo colonial decidiu realizar eleições gerais com base na proposta de representação paritária defendida pelo UTP. Líderes do TANU afirmaram que não participariam da eleição, devido ao seu caráter colonial, porém Nyerere enfatizou a importância de fazê-lo, mesmo não concordando com as regras da disputa. Nyerere convenceu os membros do partido de que a participação, mesmo insatisfatória, representava um avanço em direção o objetivo final do partido de estabelecer o sufrágio universal, no qual haveria um conjunto único de candidatos sem categorização racial (BJERK, 2015).

Como estratégia para contornar as limitações impostas pela legislação eleitoral, o TANU decidiu apoiar candidatos dos três grupos, conquistando a maioria dos assentos

¹⁰ No original: to try and divide up the people working for our nation into groups of ‘good’ and ‘bad’ according to their skin color, or their national origin, or their tribal origin, is to sabotage the work we have just embarked upon. We should decide whether a person is efficient in a particular job, whether he is honest and whether he is carrying out his task loyally. But those of us who call ourselves scientific socialist must be scientific and objective in our thinking and in making such judgments. We must think about men, not about ‘Asians’, ‘Europeans’, ‘Americans’ and so on (NYERERE, p. 41, 1968).

disponíveis e relegando o UTP a uma posição de pouca relevância. No entanto, imediatamente após a vitória do TANU, formou-se uma nova dissidência no partido, centrada na figura de Zuberi Mtemvu, o *African National Congress (ANC)*. O partido foi formado em protesto à decisão de Nyerere em participar da eleição tripartite e de sua política conciliatória com os europeus e asiáticos. Segundo Bjerck (2015), o ANC representava uma ideologia de exclusão racial dirigida contra europeus e asiáticos sob o slogan de “África para os africanos” (BJERCK, 2015).

Os sindicatos representavam outra força política importante com relativa autonomia em relação ao TANU. O principal sindicato era o *Plantation Workers Union (PWU)*, com mais de cem mil membros trabalhando nas plantações de sisal – havia também sindicatos de trabalhadores urbanos. Durante a década de 1950, o TANU apoiara os sindicatos em sucessivas greves pelo aumento dos salários e melhora das condições de trabalho. Às vésperas da independência, no entanto, a posição do partido com relação aos líderes sindicais começou a mudar. No período, o líder da *Tanganyika Railway Worker’s Union (TRWU)*, Christopher Tumbo conquistou grande proeminência política. Em 1960, ele conduziu à greve dos trabalhadores ferroviários que durou três meses e levou ao primeiro rompimento entre o TANU e os sindicatos.

Para além do desafio econômico que as demandas dos sindicatos representavam para o novo governo, Tumbo também utilizou sua influência política para se opor à política de igualdade racial defendida pelo TANU. De forma similar ao ANC, Tumbo passou a defender um governo de africanos, afirmando que europeus e asiáticos não deveriam ser reconhecidos como cidadãos da Tanganica. Como resposta, Nyerere buscou apoio entre os líderes do *Ghana Trades Union Congress (GTUC)*. Em Gana, os sindicatos foram absorvidos pelo Estado, o que garantiu maior controle sobre as greves e líderes sindicais, servido de modelo para a legislação trabalhista da Tanzânia nos anos posteriores. Ao limitar a atuação independente dos sindicatos, Nyerere esperava diminuir a influência de líderes como Tumbo, o qual possuía apoio dentro do próprio partido de Nyerere. Dessa forma, em 1960, o governo introduziu um pacote de leis trabalhistas inspiradas no modelo de Gana. Os sindicatos foram reunidos no *Tanganyika Federation of Labour (TFL)*, controlada pelo Estado, e os trabalhadores receberam compensações e benefícios como forma de conter a influência de líderes independentes (KAPINGA, 1986).

Ao mesmo tempo, o governo também buscou acomodar as demandas pela maior africanização do serviço público, que ainda era ocupado em sua maioria por europeus. Nyerere defendia a importância de uma maior integração dos africanos no governo, porém atentava para

a necessidade de ampliar o número de africanos com educação formal a fim de formar mão de obra qualificada. A africanização do governo era essencial para garantir legitimidade para o novo governo, não apenas no nível doméstico, mas também no âmbito internacional. Isso porque a Tanganica buscou se posicionar como independente do conflito bipolar e um ator importante no apoio aos movimentos de libertação da África Austral contra os regimes de minoria branca, em consonância com os princípios pan-africanos (CAMPBELL, 2010).

O governo colonial realizou novas eleições em 1960, nas quais o TANU consolidou sua posição como força nacionalista dominante. Em dezembro de 1961, o país se tornou independente, com Nyerere assumindo a posição de Primeiro Ministro. O novo governo, que surgiu a partir da negociação entre os líderes coloniais e do TANU, teria como princípio o sufrágio universal, a maior participação de africanos no governo e a democratização dos governos locais – que ainda estavam sob controle de chefes tradicionais, como resultado da política colonial de domínio indireto (MWAKIKAGILE, 2006).

A conquista da independência impôs aos líderes do TANU a tarefa de construir a identidade nacional, estabelecendo uma nova relação entre o Estado e os cidadãos. Para tanto, Nyerere afirmava ser necessário romper com o poder político adquirido pelos chefes locais e estabelecer uma consciência nacional em oposição às identidades étnicas (MWAKIKAGILE, 2006). Essa tarefa tornava-se ainda mais urgente devido ao fato de que as estruturas administrativas do Estado colonial não foram transformadas na passagem para a independência (CHAZAN, 1999). Assim, Nyerere buscou construir uma filosofia política que combinasse as aspirações nacionalistas de unidade com elementos da cultura política tradicional africana para legitimar e justificar as ações do Estado.

4.1.2 A Declaração de Arusha e a política de “Villagização”

Como visto, os desafios para a construção de um projeto nacional em torno do TANU eram muitos. Era necessário atenuar as disputas entre europeus e africanos em um contexto regional marcado por regimes de segregação racial e acomodar uma multiplicidade de interesses dos trabalhadores urbanos e dos camponeses. Nesse contexto, Nyerere formulou uma filosofia política que ficou conhecida como *Ujamaa*. A palavra tem origem na língua Suaíli e seu significado se aproxima da palavra “família”. Essa filosofia, uma vez convertida em política de Estado, tinha como objetivo definir direitos e deveres de um cidadão da Tanganica.

Um dos principais elementos da *Ujamaa* era o resgate e a incorporação da cultura política dos chefes locais. Nyerere, como filho de um importante chefe local, envolveu-se desde

criança nas tradições políticas dos *Mznanaki*. Segundo Nyerere, era necessário incorporar os elementos tradicionais em uma política moderna de Estado, porém sem referência a elementos particularistas ou regionalistas. Dessa forma, a maioria dos cidadãos, especialmente os que viviam em áreas rurais, teriam maior facilidade de identificação com o novo governo. Nesse sentido, a *Ujamaa* era uma linguagem política para criar uma ponte entre o moderno e o tradicional, o provinciano e o cosmopolita, capaz de prover também uma identidade nacional para a Tanganica (OTHMAN, 2006)

Ao final de 1962, a Tanganica tornou-se uma República, com o TANU garantindo sua hegemonia política no país. O executivo ganhou maiores poderes e Nyerere pôde pressionar, nos anos seguintes, pelo estabelecimento de um Estado de partido-único. Nyerere defendia o partido-único como uma forma democrática de governo na África pós-independência, afirmando que a competição entre partidos não era parte da cultura política africana, a qual estaria baseada na construção de consenso. Nyerere fazia referências às instituições tradicionais como o Conselho de Anciões, que “debatiam até alcançar um consenso”. Na filosofia política de Nyerere, a participação democrática dos cidadãos da Tanganica ocorreria de forma similar à uma comunidade, no qual todos os membros consideravam-se como parte de uma “família estendida” e o chefe local era identificado como representante do consenso dessa família. Sua remoção do cargo não se daria pela competição, mas pelo comum acordo (BJERK, 2015).

A visão romantizada sobre as tradições africanas informou muito da retórica política de Nyerere. De forma similar ao chefe local, o presidente seria também receptáculo do consenso a nível nacional. Assim, Nyerere buscou promover a ideia de nação como família estendida. Para além da retórica, a importância dessa política estava na sua ênfase na unidade em um período de intensas disputas, que ameaçavam a consolidação da independência. Além disso, mesmo fazendo referência a um passado romantizado, a *Ujamaa* foi capaz de capturar a imaginação política dos cidadãos rurais, inclusive os que não possuíam acesso à educação formal, permitindo-lhes a participação no debate político. No aspecto racial, a *Ujamaa* também representou uma ferramenta política importante, ao enfatizar os elementos africanos do novo Estado sem necessariamente aderir às demandas de parte da oposição por um Estado no qual europeus e asiáticos não seriam considerados como cidadãos da Tanganica (OTHMAN, 2006).

A valorização dos camponeses e das regiões rurais era parte central dessa filosofia, visto que o governo independente era dominado por africanos da pequena burguesia e de origem urbana, os quais precisavam conquistar apoio em todo o território. Nesse contexto, as discussões em torno da propriedade da terra e o papel do setor agrícola ganharam relevância. Nas comunidades tradicionais, o acesso à terra era garantido a todos os membros da comunidade,

servindo como um símbolo de direitos políticos. A terra também estava associada à alimentação, ao sagrado e aos valores comunitários como um todo, o que a tornava um importante elemento simbólico para o nacionalismo que o TANU esperava construir.

Para Nyerere, o sistema de livre propriedade da terra não deveria ser o fundamento da agricultura da Tanganica, pois, segundo ele, haveria uma concentração de terras nas mãos de proprietários estrangeiros, de forma similar ao que já ocorria nas regiões costeiras do país. Ao mesmo tempo Nyerere enfatizava a importância de romper com os privilégios fundiários que determinados chefes locais haviam conquistado como agentes do colonialismo britânico. Ao rejeitar tanto a propriedade privada da terra quanto a propriedade administrada por chefes locais, Nyerere abriu caminho para que as terras fossem controladas pelo Estado (NYERERE, 1968).

Em 1967, o governo publicou a Declaração de Arusha, na qual as ideias de Ujamaa defendidas por Nyerere desde a independência foram transformadas em um conjunto de políticas e práticas. A Declaração estabeleceu as bases de uma política socialista, com a nacionalização de empresas, o aumento do poder do governo central e um plano ambicioso de transformação econômica do setor agrícola. Os princípios guias expressos na Declaração são:

(a) A crença de que todos os seres humanos são iguais; (b) Todos os indivíduos tem direito a dignidade e respeito; (c) Todos os cidadãos são parte integral da nação e tem direitos iguais na ocupação de cargos públicos ao nível nacional, regional e local; (d) Todos os cidadãos tem o direito à liberdade religiosa, de expressão, de movimento e de associação dentro dos limites legais; (e) Todos os indivíduos tem direito a proteção social; (f) Todos os indivíduos devem receber um retorno justo pelo seu trabalho; (g) Todos os indivíduos são responsáveis pelos recursos naturais do país; (h) A fim de garantir justiça econômica o Estado deve exercer controle efetivo sobre os principais meios de produção; (i) É de responsabilidade do Estado intervir ativamente na vida econômica da nação a fim de assegurar o bem-estar de todos os cidadãos, de forma a prevenir a exploração de uma pessoa pela outra ou um grupo pelo outro, assim como prevenir a acumulação de riqueza em níveis incompatíveis com uma sociedade sem classes (TANU, P. 1, tradução nossa, 1967)¹¹

Nyerere e o TANU buscaram promover a Declaração como guia para o desenvolvimento e para a construção nacional. Entre seus elementos mais emblemáticos está a

¹¹ No original: (a) That all human beings are equal; (b) That every individual has the right to dignity and respect; (c) That every citizen is an integral part of the nation and has the right to take an equal part in Government at local, regional and national level; (d) That every citizen has the right to freedom of expression, of movement, of religious belief and of association within the context of the law; (e) That every individual has the right to receive from society protection of his life and of property held according to law; (f) That every individual has the right to receive a just return for his labour; (g) That all citizens together possess all the natural resources of the country in trust for their descendants; (h) That in order to ensure economic justice the state must have effective control over the principal means of production; and (i) That it is the responsibility of the state to intervene actively in the economic life of the nation so as to ensure the well-being of all citizens, and so as to prevent the exploitation of one person by another or one group by another, and so as to prevent the accumulation of wealth to an extent which is inconsistent with the existence of a classless society (TANU, P.1, 1967).

ênfase no setor agrícola como propulsor do desenvolvimento em oposição à industrialização. O documento estabeleceu que:

Agricultura é a base do nosso desenvolvimento. Uma grande parte das terras da Tanzânia são férteis e recebem chuvas o suficiente. Nosso país pode produzir diversos tipos de produtos agrícolas, para consumo doméstico e exportação. Todos os produtores encontram-se em áreas que podem produzir dois, três ou até mais tipos de produtos. Todos os produtores tem capacidade de aumentar sua produção e, conseqüentemente, sua renda. Esse é, de fato, o único caminho pelo qual podemos desenvolver nosso país – em outras palavras, apenas aumentando a produção agrícola nós podemos ter mais alimentos e mais renda para todos os tanzanianos (TANU, p.29, tradução nossa, 1969)¹²

De acordo com a Declaração, a Tanzânia não dispunha de condições econômicas e de recursos humanos para perseguir uma política de industrialização, sendo necessário concentrar os investimentos no setor agrícola. A terra foi considerada uma das categorias centrais da política socialista do documento, sendo responsabilidade do governo garantir sua utilização e aumento da produção (TANU, 1969).

Nesse contexto, é possível afirmar que a Declaração preconizou a política de “Villagização”. Tal política previa o reassentamento de populações rurais para novas comunidades, criadas e gerenciadas pelo governo com o objetivo de racionalizar a produção agrícola, garantir o acesso igualitário à terra e centralizar o provimento de serviços públicos de saúde, educação e infraestrutura (SCHNEIDER, 2013). Para além dos objetivos econômicos, a criação de “Villas” no interior, como eram chamadas as comunidades, foi uma estratégia para ampliar a presença do Estado no território e romper com a autoridade dos chefes locais em regiões distantes do centro político (CHACHAGE; CHACHAGE, 2004).

Em seu artigo “Freedom and Development”, Nyerere descreveu a política de “Villagização” como “associações voluntárias de pessoas que decidem, de forma livre, viver e trabalhar juntas pelo bem comum. Elas, e ninguém mais, vão decidir sobre os acordos de trabalho e de convivência” (NYERERE, 1973). No mesmo sentido, em “Socialism and Rural Development”, Nyerere afirma que:

Na Tanzânia socialista, nossa organização agrícola será predominantemente uma de convivência e trabalho para todos. Isso significa que a maior parte da produção será realizada por um grupo de pessoas que vive como uma comunidade e trabalha como uma comunidade. Eles vão viver juntos, produzir juntos, comprar e vender juntos e ser responsáveis pelos serviços locais (NYERERE, P.124, tradução nossa, 1968)

¹² No original: A great part of Tanzania’s land is fertile and gets sufficient rain. Our country can produce various crops for home consumption and export. All of our farmers are in areas which can produce two, or three, or even more products, and each farmer could increase his production so as to get more food and more money. This is, in fact, the only road through which we can develop our country - in other words, only by increasing our production of these things we can get more food and more money for every Tanzanian (TANU, P. 27, 1967)

Nyerere defendia que os camponeses seriam reassentados de forma voluntária e poderiam desenvolver, por meio da convivência em comunidades integradas, uma consciência nacional emancipadora e comprometida com a autossuficiência. Um dos principais exemplos de como uma comunidade deveria ser organizada era a *Ruvuma Development Association (RDA)*, uma associação de 17 comunidades criada pelos líderes do TANU no início dos anos 1960. A RDA tinha autonomia para decidir sobre os próprios assuntos, escolhendo democraticamente sua forma de organização. Para Nyerere, a associação representava o espírito da “família estendida” expressa no conceito de *Ujamaa* e funcionava por processos democráticos de participação direta (SCHNEIDER, 2014).

O deslocamento das populações rurais, no entanto, revelou-se conturbado e foi marcado por uma política coercitiva e, por vezes, autoritária. Ao longo da década de 1970, conforme os resultados econômicos esperados eram sucessivamente frustrados, o caráter autoritário da política de reassentamento ganhou mais proeminência, especialmente entre os agentes governamentais locais, responsáveis pela gestão das comunidades. Entre os métodos empregados para estimular o reassentamento estava o oferecimento de ajuda econômica seletiva, como a restrição de auxílio governamental em situações de seca e desastre naturais para camponeses não registrados nas comunidades e a prisão dos que se recusassem a ser reassentados (SCHNEIDER, 2013). Esse tipo de política contribuiu para criar desconfiança entre os camponeses sobre as intenções do governo, gerando rupturas e tensões em comunidades que dependiam desses para funcionar. Ainda assim, ao final da década de 1970, quase 70% da população da Tanzânia havia sido realocada para mais de 8 mil comunidades rurais (SCHNEIDER, 2014).

Assim, ao longo da década de 1970, o governo adotou políticas cada vez mais coercitivas para o deslocamento dos camponeses. Essa estratégia acabou se revelando equivocada, pois, apesar do governo afirmar a necessidade dos camponeses de desenvolverem autonomia e cooperação, o que ocorreu na realidade foi o agrupamento de pessoas de forma burocrática, sem atenção à diversidade de situações e contextos. Além disso, o empreendimento ambicioso esbarrou em problemas como falta de recursos materiais, de profissionais qualificados e disparidades econômicas entre as comunidades. Houve, portanto, um distanciamento entre camponeses e a elite burocrática, estagnação econômica e a frustração das aspirações de autossuficiência expressas na Declaração de Arusha¹³.

¹³Os problemas também foram intensificados com as alterações da economia mundial a partir da crise do petróleo em meados da década de 1970, desastres naturais e a drenagem de recursos econômicos para os esforços de guerra

De acordo com Shivji (1976) o objetivo implícito da política de desenvolvimento agrícola era o aumento da produção para exportação no mercado mundial. O autor aponta que a Declaração de Arusha, apesar de enfatizar o conceito de autossuficiência, não modificou a estrutura da economia como parte subordinada e periférica do sistema capitalista. Assim, mesmo aumentando a produção de alimentos e, conseqüentemente, a exportação, essa continuaria a operar dentro dos limites de uma de uma economia dependente do preço internacional de commodities. O autor também critica a ênfase do documento em aumentar a produção negligenciando o setor industrial. Para Shivji, a produtividade é dependente do nível de industrialização e a crença de construção do socialismo sem desenvolvimento industrial é ilusória. Tanto em países capitalistas, quanto socialistas, os indicadores de desenvolvimento acompanharam a transferência de mão de obra do campo para a indústria (SHIVJI, 1976).

4.1.3 Classes na Tanzânia e a formação da burguesia burocrática

A partir da década de 1970, autores como Shivji (1976) e Samoff (1981), passaram a utilizar o conceito de burguesia burocrática para analisar os processos políticos em países com a Tanzânia. O conceito aplica-se às elites que negociaram a independência e começaram a utilizar as estruturas administrativas do Estado como elemento de domínio econômico na ausência de uma burguesia local forte como a dos países centrais. Para os autores, a burguesia burocrática dependia simultaneamente da aliança com o capital estrangeiro e das alianças domésticas, assumindo uma posição intermediária e adotando políticas por vezes contraditórias a fim de sustentar ambas as alianças (SAMOFF, 1981).

Segundo Shivji (1976), a Tanganica desenvolveu-se economicamente como uma região exportadora de produtos primários, assumindo uma posição periférica não apenas no cenário global, mas também regional. Durante o período colonial, o Quênia era o centro econômico da África Oriental. Os latifúndios agrícolas voltados para a exportação eram controlados por empresas metropolitanas, colonos europeus e asiáticos, que também controlavam o comércio e as instituições financeiras nos centros urbanos. O setor de mineração era controlado por empresas sul-africanas e as indústrias compunham uma parte muito pequena da economia. Havia ainda uma grande economia de subsistência que, em 1964, chegava a 30% do Produto Interno Bruto (SHIVJI, 1976).

da Tanzânia contra Uganda em 1978-1979. Os elementos externos da crise são analisados em maiores detalhes na seção 4.2 do trabalho.

A primeira classe analisada por Shivji (1976) no período colonial é a burguesia metropolitana. Segundo o autor, essa classe é formada pela burguesia britânica, que controla externamente a economia colonial. O Estado colonial, funciona, nesse sentido, como mantenedor dos privilégios e das condições de reprodução da burguesia metropolitana. A segunda classe, relacionada à primeira, é a burguesia comercial composta por comerciantes asiáticos. Essa classe é dividida pelo autor em estrato superior e inferior. No estrato superior encontram-se os proprietários de terras e comerciantes, enquanto no inferior encontram-se os profissionais liberais, comerciantes de médio porte e servidores públicos. Porém, a burguesia comercial local não possuía capacidade de dominação econômica, visto que mantinha uma aliança subordinada à burguesia metropolitana (SHIVJI, 1976).

Ainda assim, a burguesia comercial era beneficiada pelas políticas do Estado colonial, em detrimento dos camponeses e produtores africanos. Segundo Shivji (1976), os produtores africanos e os comerciantes asiáticos mantinham uma relação comercial desigual, na qual os primeiros eram produtores e consumidores do segundo grupo. Essa relação desigual era caracterizada pelo acesso facilitado de crédito à comunidade asiática em detrimento dos africanos. De fato, o surgimento da TAA -que depois se transformaria no TANU - ocorreu como resposta dos produtores africanos aos preços abusivos praticados pelos comerciantes asiáticos. A Associação foi criada para supervisionar a venda de produtos de algodão para produtores asiáticos, assim como pressionar o governo colonial por uma legislação mais igualitária, na qual os comerciantes asiáticos não teriam condições preferenciais. Até mesmo a organização espacial das cidades ilustrava essa divisão de classe entre asiáticos e africanos, com os primeiros ocupando o centro urbano e comercial, enquanto os segundos habitavam as cidades satélites na periferia (SHIVJI, 1976).

A terceira classe analisada por Shivji (1976) é a pequena burguesia africana, composta por servidores públicos de alto escalão, professores, comerciantes e militares. A característica principal da pequena burguesia africana era seu acesso à educação e as estruturas do Estado no ambiente urbano. Tais condições a posicionaram como a principal alternativa para a luta anticolonial e a conquista da independência. Essa classe, no entanto, era subjugada aos interesses da burguesia comercial, que recebia incentivos do Estado colonial. Nesse sentido, o controle do poder do Estado apareceu como uma alternativa para a pequena burguesia projetar sua influência (SHIVJI, 1976).

A quarta classe analisada por Shivji são os camponeses, que compunham a maioria da população da Tanganica no período da independência. Segundo Shivji (1976), foi graças ao apoio das massas camponesas que o projeto nacional do TANU, formado pela pequena

burguesia, conseguiu angariar apoio e conquistar o Estado. O autor analisa ainda o papel desempenhado pelos trabalhadores urbanos, que eram um pequeno grupo, porém com influência política. Até a Segunda Guerra Mundial os trabalhadores urbanos eram sazonais, pois trabalhavam tanto no campo quanto nas cidades, o que impedia sua organização em sindicatos. A partir da década de 1950, porém, esses trabalhadores ganharam influência e fundaram a TFL. A organização comandou diversas greves, pressionando pela independência (SHIVJI, 1976).

Com a conquista da independência, a pequena burguesia africana pode controlar o poder político do Estado a seu favor. No entanto, a situação no pós-independência era de separação entre o poder político e o poder econômico. A pequena burguesia africana, apesar de ter acesso ao Estado, ainda não tinha controle sobre a economia. Essa era controlada pela burguesia metropolitana e, de forma subordinada, pela burguesia comercial. O controle da economia e a consolidação da pequena burguesia em “burguesia burocrática” ocorreu a partir da Declaração de Arusha em 1967, na qual o Estado passou a atuar ativamente na economia por meio das políticas de nacionalização e investimento em comunidades rurais (SHIVJI, 1976).

Com efeito, as políticas adotadas após a declaração significaram a desintegração da burguesia comercial e a elevação da burguesia burocrática à posição de sócia subordinada da burguesia metropolitana. As nacionalizações impediram a reprodução da classe comercial e tornaram o Estado o ator econômico fundamental na Tanzânia. A burguesia burocrática passou a controlar o Estado e suas empresas, ao mesmo tempo em que investia em uma política de desenvolvimento do setor agrícola para exportação e manutenção das relações com o capital internacional. Nesse sentido, a política de nacionalização das empresas não significou sua socialização. O Estado passou a controlar empresas estratégicas em parceria com empresas estrangeiras. Além disso, o Estado era dependente de recursos e investidores externos (SHIVJI, 1976).

A análise do conceito de classe permite compreender as movimentações por vezes contraditórias do TANU e o sentido da política do “socialismo africano” para além da retórica nacionalista. Ela ilumina uma visão mais complexa e menos normativa sobre a natureza do Estado tanzaniano enquanto região periférica e dependente no sistema-mundo capitalista. Além disso, é importante ressaltar que a burguesia burocrática desempenhou um papel progressista em diversos aspectos, especialmente devido a sua aliança com as massas camponesas. Mesmo não realizando as aspirações socialistas que se propunha, ela foi responsável pela consolidação da identidade nacional tanzaniana, pela expansão do Estado para regiões do interior e pelo estabelecimento de um governo sem tensões raciais como os vizinhos.

4.2 A POLÍTICA EXTERNA PAN-AFRICANISTA DE NYERERE (1960-1980)

A presente seção tem como objetivo analisar os principais elementos da política externa tanzaniana para a África durante o governo de Nyerere, com atenção particular para seu conteúdo pan-africanista. Para tanto, a seção está dividida em três partes. A primeira parte foca na união entre a Tanganica e o Zanzibar em 1964, a qual deu origem à Tanzânia. A segunda parte foca na CAO, buscando compreender sua origem, avanços e limitações. Por fim, a última seção trata da atuação da Tanzânia na OUA e no apoio aos movimentos de libertação nacional por meio do Comitê de Libertação em Dar Es Salaam.

4.2.1 A União entre Tanganica e Zanzibar: o pan-africanismo pragmático

A união entre a Tanganica e as ilhas do arquipélago de Zanzibar, formalizada em abril de 1964, deu origem a atual Tanzânia e representa o único caso duradouro de união política entre dois Estados soberanos da África (BAKARI; MAKULILO, 2014). Essa união é citada frequentemente como uma vitória do pan-africanismo de Nyerere em contraste com uniões instáveis e de curta duração como a União Gana-Guiné-Mali, porém, a natureza da união e os motivos que conduziram à sua criação são objetos de controvérsia e debate. Se, por um lado, a união representa uma vitória da política pan-africana e não-alinhada de Nyerere, ela também é resultado do jogo de forças da Guerra Fria e do impacto da Revolução do Zanzibar na região da África Oriental (SHIVJI, 2008). Além disso, a natureza do governo unificado e a forma como a união foi estabelecida criaram tensões políticas e econômicas que persistem até hoje na sociedade tanzaniana. Entre as principais questões está a disputa em torno da forma de organização do Estado em federação, confederação ou união (JINGU, 2014). Nesse sentido, a análise dessas disputas ilustra os desafios enfrentados pelos líderes africanos para a consolidação da integração regional.

O arquipélago do Zanzibar foi desde o século X um dos mais importantes centros comerciais da África Oriental, sendo ocupado por comerciantes de origem africana, persa e árabe. No século XIX os árabes tornaram o arquipélago o centro político e econômico do sultanato Busaidi, cuja autoridade estendia-se ao longo da costa da África Oriental. Os árabes realizavam comércio com o interior do território e contribuíram para os movimentos migratórios que formaram a população do arquipélago (BAKARI; MAKULILO, 2014). Ao final do século XIX o território tornou-se um protetorado britânico, conquistado sua independência em 1963 na forma de uma monarquia constitucional sob comando da elite árabe.

A economia do arquipélago durante o século XIX desenvolveu-se em torno da monocultura exportadora de cravo-da-índia. A minoria árabe controlava as terras e monopolizava a produção do produto em detrimento da maioria da população de origem persa e africana. Dois partidos representavam a população local: o Partido Nacionalista do Zanzibar (PNZ), representante da elite árabe minoritária, e o Partido Afro-Shiraz (PAS), representante das populações africanas e persas sob liderança de Abeid Karume. Após a conquista da independência, o sultão perseguiu os líderes políticos do PAS e outros grupos considerados radicais na ilha, assim como trabalhou no sentido de limitar a participação africana no governo. Como resultado, ocorreu a radicalização das forças de oposição, que em 1964 orquestraram um golpe de Estado contra o sultão (TWADDLE, 2011).

O golpe contra o sultão foi orquestrado pelo partido revolucionário Umma, formado por uma minoria árabe de oposição ao PNZ e com apoio do PAS. Entre os objetivos dos revolucionários estava o estabelecimento de um governo de maioria africana por meio de um partido-único, a nacionalização das terras e o fim da discriminação contra africanos, concedendo maior acesso à terra, serviços de saúde e de educação. O ugandense John Okello foi líder da revolução, porém logo teve sua influência suprimida pelo PAS, que se tornou rapidamente a facção política dominante do novo regime devido a sua maior expressão nacional sultão (TWADDLE, 2011).

O líder do partido, Abeid Karume, tornou-se chefe de Estado e reorganizou a política do arquipélago, instituindo um regime de partido único e buscando uma aproximação política com a Tanganica, dando origem à união entre ambos os territórios (TWADDLE, 2011). Ao contrário do Umma, que defendia uma política comunista alinhada à União Soviética, Karume era um líder nacionalista moderado, que trabalhou no sentido de estabelecer relações não-alinhadas e conter a influência de Abdulrahman Babu, líder da Umma, no governo.

A revolução de Zanzibar ocorreu em um contexto regional marcado pela Crise do Congo e a transformação da região em uma arena da disputa bipolar. A revolução no arquipélago acendeu o alerta dos Estados Unidos e Reino Unido, que temiam que a ilha se tornasse uma espécie de “Cuba africana” em razão da proximidade de Babu com o regime soviético e os países socialistas. Além das potências ocidentais, líderes como Nyerere e Jomo Kenyatta no Quênia temiam que a revolução levasse à intervenção das superpotências na região, criando um cenário de instabilidade e minando as condições de desenvolvimento e os projetos nacionais em curso (SANDERS, 2014). Nesse contexto, Nyerere buscou se aproximar de Karume, cujo partido mantinha boas relações com o TANU, a fim de propor uma união política entre os dois

regimes e assim contribuir para eliminar a influência radical de Babu no Zanzibar revolucionário¹⁴ (SHIVJI, 2008).

A luz das considerações expostas acima, é possível afirmar que a união entre a Tanganica e o Zanzibar foi, em parte, resultado de preocupações securitárias e geopolíticas em um contexto de acirramento da disputa bipolar na África Oriental. Com o apoio de Nyerere, Karume pode eliminar o risco de sofrer um golpe da facção mais radical do seu governo e Nyerere conseguiu integrar o Zanzibar em um governo que não seria alvo de intervenção ocidental para conter a influência comunista, garantindo um ambiente regional mais estável para o desenvolvimento nacional (SHIVJI, 2008). A solução de formar uma união agradou também os Estados Unidos e o Reino Unido, visto que Nyerere assegurou que o novo Estado não se alinharia com o bloco comunista.

As negociações para o estabelecimento da união ocorreram a portas fechadas em Dar Es Salaam e de forma apressada, tendo em vista a urgência da situação. O principal problema era a estrutura de governo que seria adotada devido às disparidades territoriais, populacionais e econômicas entre os dois territórios. Em 1964, a Tanganica possuía uma população de aproximadamente 12 milhões de habitantes, em contraste com os 300 mil habitantes de Zanzibar (JINGU, 2014). Nesse sentido, o estabelecimento de um governo único foi recusado por Nyerere, que afirmava que “uma União com o sistema de governo único daria a impressão que a Tanganica (o peixe maior) estaria engolido o Zanzibar (o peixe menor)” (NYERERE apud JINGU, p.98). Além disso, havia a questão da preservação da identidade política e cultural dos zanzibares, que poderia ser ameaçada em um governo cuja maior representação seria da Tanganica.

A segunda forma de governo era a criação de uma confederação de Estados soberanos, no qual o Zanzibar e a Tanganica teriam sua autoridade e soberania preservadas, e estariam unidos por meio de um tratado internacional com possibilidade de se retirar da união a qualquer momento sem maiores consequências. Essa configuração, porém, criaria um governo instável e com grandes possibilidades de rompimento, o que levou a sua recusa (JINGU, 2014; KANTER, 2015).

Por fim, a solução adotada foi o estabelecimento de um sistema de dois governos, um do Zanzibar e outro da União. O Zanzibar teve sua autonomia preservada, assim como o cargo

¹⁴ No mesmo período, Nyerere precisou lidar com o motim do exército nacional, que demandava melhores condições de trabalho e aumento salarial. Para conter o motim, foi necessário recorrer às forças militares britânicas, o que abriu precedente para uma intervenção similar no Zanzibar. Assim, os Estados Unidos e o Reino Unido começaram a pressionar Nyerere para que esse convencesse Karume de utilizar forças estrangeiras para eliminar a influência radical de Babu (BJERK, 2015).

de presidente, as instituições de governo e a permanência do PAS como principal partido político. Segundo Jingu (2014), a solução de dois governos é um híbrido entre uma solução unitária e federada:

A União quando vista da perspectiva da Tanganica, que passou a ser chamada simplesmente de Tanzânia continental, é do tipo unitária, pois o que poderia ser um governo da Tanganica tornou-se o governo da União. Do ponto de vista do Zanzibar, a união tem as características de uma federação, pois a Constituição estabeleceu um governo separado, com poder de decidir sobre assuntos administrativos não relacionados à União (JINGU, p. 101, tradução nossa, 2014)¹⁵

De acordo com o documento que estabeleceu a criação da Tanzânia, o Executivo e o Legislativo da União teriam jurisdição sobre: (1) A constituição e forma de governo; (2) Relações Internacionais; (3) Defesa; (4) Polícia; (5) Poderes emergenciais; (6) Cidadania; (7) Imigração; (8) Comércio Exterior; (9) Serviço Público; (10) Tributação; (11) portos, aviação, correio e telégrafos. No que diz respeito à autonomia do arquipélago, o documento afirma que “A Constituição da república unida estabelece a criação de um Legislativo e Executivo separados para o Zanzibar, de acordo com a lei existente no Zanzibar e com autoridade exclusiva sobre o Zanzibar nos assuntos que não aqueles reservados ao Parlamento e ao Executivo da República Unida (TANZÂNIA, p. 3, tradução nossa, 1964).

Tendo em vista sua longevidade, é possível afirmar que a união foi bem sucedida. Porém, seu funcionamento foi marcado por tensionamentos e disputa a respeito da autoridade de cada governo. Enquanto Nyerere e seus colegas do TANU entendiam o Zanzibar simplesmente com um governo com maior autonomia, os líderes zanzibares consideravam a União como uma federação. Assim, Karume quando questionado a respeito da natureza da união declarou que “não se preocupe, nós temos o direito de ter representantes na Assembleia Nacional deles, mas eles não têm o direito de participar do nosso Conselho Revolucionário” (BAKARI; MAKULILO, p. 12, 2014).

Nesse sentido, por mais que o Parlamento da União fosse composto por membros zanzibares, a legislação da Tanzânia só poderia ser aplicada no Zanzibar com aprovação do Parlamento local. Da mesma forma, zanzibares podem ocupar cargos públicos na União e participar de processos de decisão de políticas públicas, porém, cidadãos da Tanganica não

¹⁵ No original: The union of Tanganyika and Zanzibar is a hybrid of unitary and federal union systems. The Union when viewed from the standpoint of Tanganyika, which is now simply referred to as Tanzania Mainland, this amounts to a unitary union since what could have been a government for Tanganyika is invisible under Union government. From the Zanzibar standpoint, on the other hand, the union has the face of a federation since the Constitution allows it to have a separate government with powers to decide on and administer non-union matters (JINGU, p. 101, 2014)

possuem representação no Zanzibar. Os cidadãos da Tanganica também encontram resistência para ocupar cargos do serviço público mesmo em órgãos da união localizados no Zanzibar (JINGU, 2014).

Mesmo com problemas, a União representou uma importante vitória política para Nyerere, que foi capaz de atestar sua influência e habilidade política no cenário regional marcado por disputas entre potências com poderes muito superiores à Tanzânia.

4.2.2 A Comunidade da África Oriental e a Guerra Uganda-Tanzânia: os dilemas do pan-africanismo.

A Comunidade da África Oriental foi criada em 1967 por Uganda, Quênia e Tanzânia, sendo dissolvida em 1977 após disputas políticas, econômicas e securitárias entre seus membros. Atualmente a comunidade foi recriada, passando a integrar outros países e ampliando seu escopo de atuação. A presente seção busca analisar a primeira etapa de formação da CAO (1967-1977), com atenção especial ao protagonismo pan-africanista desempenhado por Julius Nyerere. Assim, apresentaremos primeiramente as origens da organização durante o domínio britânico na África Oriental, em seguida as transformações trazidas pela independência e, por fim, os motivos que levaram a sua dissolução ao final da década de 1970.

Entre os principais motivos analisados está o aprofundamento da desigualdade econômica entre os membros, com o Quênia assumindo uma posição privilegiada, o deslocamento da política externa tanzaniana para o cenário da África Austral no contexto do apoio às lutas de libertação nacional e a guerra entre a Tanzânia e Uganda (1978-1979). O estudo das origens e das disputas na CAO permitem uma avaliação realista a respeito das limitações para a realização das aspirações pan-africanas de Nyerere para a região. Apesar do elevado nível de integração, com o compartilhamento de redes de transporte, comunicação e unificação de tarifas alfandegárias, a CAO demonstrou os limites da ideologia pan-africana frente aos desafios da Guerra Fria, do neocolonialismo e da dependência econômica.

A região da África Oriental esteve sob domínio britânico durante a maior parte do século XIX. No início do século XX, como forma de diminuir os custos administrativos das colônias, a Grã-Bretanha buscou unificar seus serviços. Esse processo inicialmente englobava o Protetorado Leste Africano (atual Quênia) e o Protetorado de Uganda, passando a incluir a Tanganica após a Alemanha perder o território ao final da 1ª Guerra Mundial. Para além da integração dos serviços, os britânicos buscaram construir uma federação de Estados da África Oriental. Essa ambição, no entanto, não se concretizou devido à resistência nas populações de

Uganda e Tanganica, que temiam ser subjugadas por um regime de minoria branca no Quênia – a qual dominava a base produtiva da região. (MAXON, 2009; KANTER, 2015).

Com a conquista da independência, e devido a atuação política de líderes como Nyerere e Jomo Kenyatta do Quênia, o impulso em direção a integração ganhou novo ímpeto. Informados pela ideologia nacionalista e pan-africanista, os líderes dos três países, que conquistaram a independência entre 1961 e 1963, passaram a coordenar esforços para revitalizar o projeto de integração. Nesse sentido, Nyerere expressou seu desejo de atrasar a independência da Tanganica, o primeiro dos três protetorados a se tornar independente, para que essa correspondesse com a independência dos vizinhos e fortalecesse a ideia de união política entre os três territórios. Sobre o assunto, Nyerere declarou que:

Na luta contra o colonialismo, a unidade fundamental do povo africano é evidente e sentida de forma profunda. Essa é, no entanto, uma unidade forjada na adversidade e na batalha contra um Governo externo. O sentimento de unidade que existe atualmente pode, no entanto, ser dissolvido caso os países conquistem a independência separadamente e se tornem vulneráveis às tentações do nacionalismo e às intrigas daqueles que encontram sua força na fraqueza das nações pequenas (NYERERE, p. 45, tradução nossa, 1960).

Em 1961 foi formada a Organização dos Serviços Comuns da África Oriental (OSCAO), com vistas a fortalecer a gestão comum dos serviços postais, ferroviários, portuários e de aviação. Além disso, também foi estabelecida a criação de uma zona de livre comércio, que se tornaria, nos anos seguintes, um dos principais focos da disputa entre os três países. Uganda e Tanzânia acusaram o Quênia de se beneficiar desproporcionalmente da organização, tendo em vista sua predominância industrial. Como consequência, os três países assinaram em 1964 o Acordo de Kampala, no qual foram estabelecidas medidas para a diversificação e descentralização da produção industrial (NADUDERE, 1978).

Apesar do acordo, as desigualdades continuaram. Assim, em 1967 ocorreu uma nova tentativa de equilibrar o processo de integração. Em Kampala, os três países assinaram o tratado que estabeleceu a substituição da OSCAO pela CAO. A sede da organização foi deslocada para a cidade de Arusha, no norte da Tanzânia, assim como as instituições responsáveis pela administração dos serviços comuns. Para além do simbolismo, o acordo também garantiu mecanismos de compensação econômica para Tanzânia e Uganda. Esses poderiam criar impostos de importação para produtos quenianos específicos a fim de proteger suas indústrias nacionais (NABUDERE, 1978). Por fim, foi criado o Banco de Desenvolvimento da África Oriental, cujo objetivo era canalizar investimentos para as regiões economicamente desfavorecidas.

Para Shivji (2009) a ideologia pan-africana desempenhou um papel importante para a criação de CAO. Segundo o autor, a elite responsável pela independência na região foi fortemente influenciada pelo pan-africanismo. Nyerere era seu principal defensor na África Oriental. Para ele, era necessário avançar na união política e econômica a fim de evitar a balcanização e o avanço do neocolonialismo. Nesse aspecto, Nkrumah e Nyerere foram ambos defensores da mesma causa, porém com estratégias distintas. Enquanto Nkrumah defendia a união imediata dos Estados africanos independentes em torno de um governo central, Nyerere advogava pela integração gradual a partir de blocos regionais. Esses eram criticados por Nkrumah, que analisava a CAO como uma herança do colonialismo britânico (SHIVJI, 2009).

A partir de 1967, com a Declaração de Arusha, a Tanzânia embarcou em um caminho de desenvolvimento chamado pelos seus criadores de “socialismo africano”. A Declaração estabelecia uma nova relação entre Estado e sociedade, com um forte conteúdo social e de combate à desigualdade econômica. O projeto nacional tanzaniano aprofundou o conflito econômico na CAO. A Tanzânia acusou o Quênia de manipular o pan-africanismo para garantir a continuidade de políticas que beneficiavam sua burguesia industrial e limitavam os mecanismos de desenvolvimento dos demais membros. Nyerere (1966) afirmou que:

Por um lado, é um fato que o pan-africanismo demanda uma consciência africana e lealdade africana. Por outro, é fato que cada pan-africanista deve também se preocupar com a liberdade e o desenvolvimento de cada nação da África. Essas coisas podem entrar em conflito. Sejamos honestos, elas já entraram em conflito (NYERERE, p. 1, tradução nossa, 1966).¹⁶

Ao final de 1967, a *East African Currency Board* foi dissolvida, abrindo caminho para o estabelecimento de três bancos centrais separados e o abandono da moeda única. O problema aumentou a partir de 1971, quando Milton Obote na Uganda sofreu um golpe de Estado que levou ao poder o regime militar de Idi Amin. A Tanzânia não reconheceu o novo regime em Kampala e declarou sua participação na CAO ilegal (MUGOMBA, 1978).

A Uganda havia conquistado a independência de forma turbulenta. O reino de Buganda, na região sul do país, fora cooptada pelos britânicos no período da colonização, recebendo privilégios e acesso a terras em detrimento das outras regiões do território. Ao final da década de 1950, a disputa política no país foi marcada pelo antagonismo entre as forças nacionalistas que desejavam a criação de um Estado unitário, lideradas por Milton Obote, e as forças federalistas representadas pela elite de Buganda na figura de Benedicto Kiwanuka. O líder

¹⁶ No original: On the one hand is the fact that Pan-Africanism demands an African consciousness and an African loyalty; on the other hand, is the fact that each Pan-Africanist must also concern himself with the freedom and development of one of the nations of Africa. These things can conflict. Let us be honest and admit that they have already conflicted (NYERERE, p.210, 1968).

Buganda chegou ao poder como primeiro ministro, porém teve seu governo questionado pela própria base política e foi pressionado pelos britânicos a realizar novas eleições. Em 1962, após conquistar a maioria dos assentos no parlamento, o partido de Milton Obote chegou ao poder (KANTER, 2015). Seu governo foi marcado por um motim do exército e pela instabilidade da sua base política, cuja orientação ideológica era bastante heterogênea.

Ainda assim, Obote conseguiu ampliar sua influência sobre as forças armadas do país, tendo como principal aliado Idi Amin. Esse coordenou o fechamento do Parlamento e apoiou a suspensão da Constituição por Obote em 1966. No ano seguinte, Obote aprovou uma Constituição republicana, com o estabelecimento de um Estado de partido-único e a abolição do poder dos reinos locais. Em 1969, Obote, inspirado na política do socialismo africano de Nyerere, lançou a “Carta do Homem Comum”. A Carta estabelecia as bases para uma política de viés socialista no país, com a nacionalização de empresas estrangeiras (MUGOMBA, 1978). A política criou atrito com forças da oposição, que foram suprimidas, e com o próprio Amin, que em 1971 orquestrou um golpe contra Obote (KANTER, 2015).

Para legitimar sua estadia no poder, Amin declarou que o governo militar seria temporário e libertou presos políticos e líderes da oposição de Obote. Estados Unidos e Reino Unido, preocupados com a guinada à esquerda de Obote, reconheceram rapidamente o governo de Amin. As relações de Amin com o Ocidente, no entanto, foram abaladas após Reino Unido e Israel negarem-lhe apoio militar. Nesse cenário, Amin começou a articular elementos do islamismo para se aproximar dos países árabes, entre os quais a Líbia de Gaddafi. Ao mesmo tempo, Amin adota política contra as populações asiáticas no país, acusadas de concentrar riqueza e apoiar políticas de nacionalização e de africanização dos cargos públicos (KANTER, 2015; VISENTINI, 2018).

A Tanzânia de Nyerere se opôs veementemente ao governo de Amin, concedendo asilo político e apoio militar a Obote para que esse reconquistasse o poder. O governo de Amin também foi marcado por instabilidade econômica devido à crise internacional do petróleo, com sucessivos motins do exército e aumento da dependência da Líbia (MAXON, 2009). Em 1978, Amin invade a Tanzânia para conter um grupo de militares amotinados que haviam fugido para o país vizinho. Como resposta, a Tanzânia declarou guerra à Uganda e decidiu invadir o país. A invasão foi bem sucedida, com as tropas tanzanianas obrigando Amin a fugir do país em um contexto de instabilidade e falta de apoio ao governo. Nos dois anos seguintes, Nyerere patrocinou o governo de transição, também marcado por intensas disputas. Ao final de 1980, após eleições conturbadas, Milton Obote retornou ao poder. Esse seria, no entanto, deposto por um novo golpe militar em 1986 (KANTER, 2015; VISENTINI, 2018).

A guerra com a Uganda selou o fim da CAO, que estava praticamente paralisada desde o golpe de Amin contra Obote em 1971. De acordo com Mugomba (1978), para além do conflito entre Uganda e Tanzânia, os três membros da organização adotaram ao longo da década de 1970 diferentes abordagens de desenvolvimento e de política externa, que acabaram afastando a possibilidade de uma política econômica única e coordenada. Mesmo declarando-se como não-alinhado, o Quênia aproximou-se dos Estados Unidos e buscou atrair investimentos ocidentais para suas indústrias. A Tanzânia socialista, por sua vez, deslocou-se cada vez mais para o cenário da África Austral, onde as colônias portuguesas lutavam pela independência e contra os regimes de segregação racial (MUGOMBA, 1978).

4.2.3. O Comitê de Libertação Africana e o apoio aos movimentos nacionalistas

Durante a década de 1960, a Tanzânia experimentou grande prestígio internacional devido a sua política pan-africanista e não-alinhada. Nyerere conseguiu projetar a imagem de um país politicamente estável, que havia conquistado a independência de forma pacífica e que se preparava para atuar de maneira decisiva na arena africana. A política doméstica do socialismo africano, que enfatizava a necessidade de autonomia e de desenvolvimento, conquistou apoiadores ao redor do globo, especialmente entre os países escandinavos, que se tornaram uma importante fonte de ajuda externa do regime (SHIVJI, 2012). Além disso, entre os princípios da Declaração de Arusha, estava o apoio aos movimentos de libertação como condição para a garantia a autonomia da Tanzânia (MWAKIKAGILE, 2006). Para Nyerere, de forma similar à Nkrumah, a independência da Tanzânia estaria incompleta enquanto os demais países africanos continuassem sob o jugo colonial.

Em contraste com os líderes africanos que apoiavam o pan-africanismo apenas nominalmente como forma de angariar apoio político, Nyerere fez da Tanzânia uma referência continental de luta contra o colonialismo. Assim, Dar es Salaam foi escolhida como a cidade sede do Comitê de Libertação da OUA. O órgão representou, nos anos seguintes, uma fonte de ajuda externa e financiamento para diversos movimentos de libertação. Líderes nacionalistas de todas as regiões africanas foram congregados em Dar es Salaam, recebendo apoio logístico, financeiro e militar. No mesmo período, a Tanzânia também se tornou uma importante referência para intelectuais africanos e da diáspora, com a Universidade de Dar Es Salaam assumindo a posição de centro intelectual da luta anticolonial na África (OTHMAN, 2010).

A criação da OUA ocorreu em um contexto no qual o pan-africanismo radical do Grupo de Casablanca foi suplantado pelas demandas moderadas do grupo de Monróvia. Assim, a

organização estabeleceu como princípios a não interferência em assuntos domésticos e o respeito pela integridade territorial dos Estados independentes (ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA, 1963). Apesar de frustrar os planos de unificação de Nkrumah, a organização desempenhou um papel importante na articulação dos governos africanos e na luta contra o colonialismo. Assim, entre os propósitos da organização estava a “erradicação de todas as formas de colonialismo” e a “absoluta dedicação a emancipação dos territórios africanos dependentes” (ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA, p.4, tradução nossa, 1963).

Criado concomitantemente à OUA, o Comitê de Libertação escolheu Dar es Salaam como sua sede devido à localização geográfica da Tanzânia, próxima aos territórios segregados da África Austral e às colônias portuguesas. O comitê foi composto inicialmente por 9 membros, expandindo-se para 11 em 1965 para incluir Etiópia, Guiné, Nigéria, Senegal, Tanzânia, Uganda, Argélia, Congo, Egito, Somália e Zâmbia. As atividades do comitê eram supervisionadas por um Conselho de Ministros de Relações Exteriores do Estados membros e subordinadas ao Secretário Geral da OUA. O órgão da OUA era responsável pela criação de subcomitês *ad hoc*, assim como pelo reconhecimento dos movimentos de libertação (YOUSUF, 1985). O Comitê, por sua vez, tinha como funções a gestão de recursos financeiros, a mobilização de apoio internacional, a assistência material para os movimentos de libertação, a avaliação da performance e chances de sucesso dos movimentos e a mediação de conflitos entre movimentos nacionalistas de um mesmo território (YOUSUF, 1985).

No que diz respeito a mobilização de recursos financeiros, o comitê estipulou que cada Estado membro da OUA contribuísse com pelo menos 1% do seu orçamento anual. As contribuições, no entanto, se mostraram frequentemente inadequadas ou insuficientes. Alguns Estados não contribuíram para o fundo pois identificavam as atividades do comitê com os interesses da política externa tanzaniana, como no caso de Gana. Os países francófonos da África Ocidental não contribuíram com o fundo por receio de serem isolados pela França e outros simplesmente não tinham recursos suficientes. Além disso, o Comitê não previa nenhum tipo de penalidade para os Estados que não cumprissem com sua cota de participação, o que tornava as atividades do comitê dependentes da vontade política dos seus membros. Nesse sentido, os Estados que demonstraram maior comprometimento com o fundo até sua dissolução na década de 1990 foram Tanzânia, Zâmbia, Moçambique, Argélia, Nigéria e Angola (TARIMO; REUBEN, 2013).

Considerando os recursos financeiros limitados, o Comitê estabeleceu que a ajuda financeira seria direcionada preferencialmente para os movimentos reconhecidos pela OUA e que demonstrassem maior potencial de conquistar o poder. Ao final da década de 1960, os

partidos que mais receberam apoio foram a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). No caso da FRELIMO, Nyerere já havia recebido membros do partido em território tanzaniano, fornecendo-lhe uma base de operações. Ao longo da década de 1970, com a intensificação da luta contra o *apartheid* na África do Sul, recursos também foram direcionados para o *Pan-African Congress (PAC)* e o *African National Congress (ANC)* (YOUSUF, 1985). O fundo permitia, entre outros aspectos, que os movimentos de libertação dependessem menos de alianças externas em contexto de acirramento da Guerra Fria no continente.

A decisão sobre qual movimento de libertação apoiar, no entanto, foi alvo de controvérsia entre os Estados membros. O caso de Angola é emblemático, onde havia três movimentos de libertação disputando o poder: a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), apoiada pelo Zaire; a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), apoiada pelo Zaire e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), apoiada pela Tanzânia e Moçambique (VISENTINI, 2012). As disputas em torno de qual movimento apoiar aumentaram a partir de 1976, quando Estados Unidos, União Soviética e África do Sul declaram apoio a movimentos opostos, aumentando a tensão política no país. Nesse cenário, a OUA não foi capaz de oferecer uma resposta adequada e sua atuação se tornou cada vez menos relevante.

Os maiores sucessos do Comitê foram na criação de uma campanha internacional contra os regimes de segregação racial na África Austral e no boicote a esses regimes. Em 1965, Ian Smith no Zimbábue declarou a independência unilateral do país sob um regime de segregação. Como resposta, o Comitê intensificou seu apoio aos dois movimentos de oposição, o União do Povo Africano do Zimbábue (ZAPU) e o União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU). No mesmo sentido, a Tanzânia buscou pressionar a Grã-Bretanha para não reconhecer o novo regime, cortando relações com o país entre 1965 e 1968 (SATHYAMURTHY, 1981). Por intermédio do Comitê, os dois movimentos foram unificados e formaram a Frente Patriótica em 1977, conquistando o poder no país e acabando com o regime de segregação (YOUSUF, 1985).

No caso da África do Sul, a OUA desempenhou um importante papel de articulação junto a governos e organizações internacionais para a aprovação da Resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que determinava a desocupação da Namíbia pela África do Sul (TARIMO; REUBEN, 2013). A OUA também garantiu que os Estados membros cortassem relações com o regime sul-africano. A Tanzânia, por sua vez, ofereceu ao PAC e ao ANC campos de treinamento militar, acomodações para membros dos partidos e asilo político para refugiados sul-africanos.

A atuação da Tanzânia no Comitê de Libertação e a perspicácia política de Nyerere na união com o arquipélago do Zanzibar representaram os sucessos da sua estratégia pan-africana. Essa estratégia, no entanto, também encontrou limitações, como no caso da CAO e na crescente dependência econômica da Tanzânia aos doadores internacionais em um cenário de crise econômica.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou demonstrar a conexão entre o pan-africanismo, os nacionalismos e as políticas do “socialismo africano” na África pós-independência. Para tanto, foram analisados dois estudos de caso, Gana e Tanzânia, nos seus componentes externos e domésticos. Diante da multiplicidade de atores envolvidos na construção dos projetos nacionais pós-independência, o trabalho escolheu os líderes nacionais como figuras centrais para a análise. Verificou-se que os líderes tiveram enorme influência na definição dos projetos nacionais, cada qual articulando da sua maneira os elementos políticos, sociais e econômicos dos Estados que lideravam. Além disso, os líderes também representavam a intersecção entre o ambiente externo e doméstico, entre as aspirações pan-africanas e as necessidades de consolidação do poder do Estado.

Buscou-se demonstrar que o pan-africanismo em sua fase nacionalista possibilitou a criação de uma agenda continental africana e incorporou-se aos projetos nacionais. Os nacionalismos, por sua vez, assumiram diferentes características conforme avançou o processo de independência. Alguns Estados adotaram nacionalismos de fachada enquanto suas elites fortaleciam os laços neocoloniais. Outros conquistaram a independência por meio de revoluções e guerras coloniais, contribuindo para a criação de um nacionalismo revolucionário. Por fim, houve os Estados que conquistaram a independência de forma negociada, mas que buscaram realizar um projeto nacional autônomo e autodenominado socialista.

O socialismo africano é um termo amplo que engloba diversas experiências políticas. Suas características particulares foram determinadas, novamente, pelo líder nacional. Tanto Nyerere quanto Nkrumah escreveram obras teóricas, nas quais analisavam a trajetória histórica de seus países, propunham ideologias e conceitos nos quais explicavam o tipo de Estado que pretendiam erigir. Nyerere defendia que para alcançar o socialismo era necessário levar a cabo uma política desenvolvimento do setor agrícola, com o reassentamento de populações rurais em comunidades sob a supervisão do Estado. O conceito de Ujamaa sintetizou suas aspirações, oferecendo uma linguagem política para o novo Estado. Nkrumah, por outro lado, enfatizava a necessidade do desenvolvimento industrial como forma de romper a dependência no mercado internacional, tendo o Estado como principal ator econômico e provedor de serviços sociais.

Nkrumah criticava os líderes que se proclamavam socialistas, mas que, na visão do autor, utilizavam o termo socialismo simplesmente como retórica política, ou de maneira equivocada. Para Nkrumah, o socialismo na África não poderia ser um retorno a uma sociedade africana pré-colonial supostamente sem classes, como defendido por Léopold Senghor. Pelo

contrário, o socialismo seria uma resposta aos problemas contemporâneos que surgiram a partir da subjugação política, da exploração econômica, do atraso educacional e social, e do contato com métodos e produtos industriais. Ainda que Nkrumah defendesse a importância de resgatar valores tradicionais africanos, seu argumento era pelo desenvolvimento industrial e tecnológico como forma de criar uma nova síntese social. Assim:

As sociedades africanas modernas não são as tradicionais, mesmo se forem retrógradas, e elas estão claramente em um estado de desequilíbrio socioeconômico. Elas estão neste estado porque não são ancoradas em uma ideologia estabilizadora. A saída não é, certamente, regurgitar todas as influências islâmicas ou euro-coloniais em uma tentativa fútil de recriar um passado que não pode ser ressuscitado. A saída é só para frente, para uma forma mais elevada e reconciliada de sociedade, na qual a quintessência dos propósitos humanos da sociedade tradicional africana reafirmem-se em um moderno contexto progressivo, em suma, rumo ao socialismo, por meio de políticas que sejam cientificamente concebidas e corretamente aplicadas (NKRUMAH, p.115, 1967)

Nyerere, por outro lado, dava grande ênfase aos valores tradicionais africanos. Para ele, os valores comunais das sociedades pré-coloniais seriam a base de uma sociedade socialista. Assim, Nyerere desenvolveu o conceito de Ujamaa, segundo o qual o Estado-nação seria uma “família estendida” e os processos políticos ocorreriam por meio do consenso e da participação democrática dos cidadãos em comunidades rurais. Apesar de fundada em um passado inexistente e romantizado, a Ujamaa teve um significado prático muito significativo para a edificação da consciência nacional tanzaniana. Como linguagem política, ela desempenhou um papel articulador do nacionalismo, tendo sido eficaz em suprimir disputas localizadas e particularismos. Ela foi, nesse sentido, parte da construção de um mito nacional, processo comum a todos os nacionalismos.

O pan-africanismo de Nyerere e Nkrumah também apresentava diferenças. Apesar de ambos defenderem os mesmos objetivos, isto é, a unificação da África, suas estratégias para alcança-los eram distintas. Nkrumah defendia uma abordagem de integração imediata, com o estabelecimento de um governo central para toda a África. Essa visão foi vista como impraticável por muitos líderes, especialmente após os acontecimentos no Congo na década de 1960. A maioria dos líderes africanos não concordava em ceder sua soberania e identificavam o pan-africanismo de Nkrumah com os interesses regionais da política externa ganense. Diante da diminuição do apoio a Nkrumah, a Tanzânia de Nyerere despontou como uma alternativa mais viável para o movimento pan-africano. Por meio do apoio a Comunidade da África Oriental, Nyerere demonstrou sua disposição em unificar a África de forma gradual, por meio de blocos regionais e respeitando as fronteiras e a soberania interna dos Estados membros. Mesmo não fazendo parte do grupo de Monróvia, o polo pan-africano mais moderado e que se opunha a Nkrumah, Nyerere foi hábil em posicionar a Tanzânia como uma peça chave na luta

contra o colonialismo na África Austral e no apoio as atividades da OUA. De fato, Nyerere transformou a Tanzânia em um centro intelectual dos movimentos de libertação e do próprio pensamento pan-africanista, de forma similar ao que Nkrumah buscou realizar em Gana. Dessa forma, a análise de caso de Gana e Tanzânia permite concluir que o movimento pan-africano estava ligado à necessidade desses Estados de construir uma política externa autônoma para seu entorno regional.

O fim do governo de Nkrumah significou a interrupção abrupta do projeto de socialismo e pan-africano que ele desejava construir. O golpe militar de fevereiro de 1966 foi orquestrado por forças estrangeiras, com participação dos Estados Unidos e do Reino Unido enquanto Nkrumah estava fora do país em visita diplomática à China¹⁷. Os Estados Unidos temiam a aproximação de Nkrumah com a União Soviética, ainda que Gana tenha sempre adotado uma política não-alinhada. Além disso, fatores domésticos também contribuíram para a derrocada de Nkrumah, especialmente a oposição Asante. O golpe foi realizado pelo Conselho Nacional de Liberação, que governou até 1969, quando foram realizadas eleições e houve o retorno de um governo civil. Esse retorno, no entanto, foi breve, levando a sucessivos golpes e mudanças de governo nas décadas seguintes (GONZÁLEZ, 2018).

A crise política foi agravada pela crise econômica internacional, que afetou profundamente a economia dependente de Gana. Nos primeiros anos da década de 1980, o governo de Jerry Rawlings buscou reviver as demandas de Nkrumah, adotando uma política socialista e prometendo a reforma do aparelho de Estado. Esse movimento demonstrou a força das ideias de Nkrumah, que continuavam moldando a vida política em Gana. A partir de 1983, no entanto, em um contexto de expansão do neoliberalismo a nível global, Gana foi coagida a adotar as políticas de ajustes estruturais do Fundo Monetário Internacional. Essas políticas transformaram o país em uma democracia multipartidária nos moldes liberais e impuseram uma série de privatizações e diminuição das funções do Estado (GONZÁLEZ, 2018).

Apesar do aumento da desigualdade econômica e da dependência de instituições financeiras internacionais, Gana conseguiu se posicionar desde os anos 1990 como um dos países mais estáveis da África, com alternância de poder e a realização de eleições limpas e periódicas. Entre os fatores que podem explicar essa estabilidade está o legado de construção nacional deixado por Nkrumah, que foi pioneiro na defesa de criação de um Estado centralizado

¹⁷ De acordo com González (2018), Nkrumah recebeu asilo político imediato de Sékou Touré, que lhe concedeu o título honorário de copresidente da Guiné. Devido à proximidade geográfica e também ao apoio de Touré, Nkrumah pode continuar atuando no cenário africano. Nesse período ele escreveu importantes obras teóricas, vindo a falecer de câncer em 1972, no exílio, em Bucareste (GONZÁLEZ, 2018).

em oposição às demandas federalistas ou secessionistas. Além disso, também foi durante Nkrumah que Gana realizou importantes obras de infraestrutura de energia, transporte e comunicação. Entre as obras mais importantes está a Hidroelétrica de Akosombo, que produz energia não apenas para Gana, mas também para os países vizinhos.

No caso de Nyerere, sua saída do poder ocorreu de forma pacífica e voluntária em 1985, ainda que o contexto econômico e social do período fosse bastante negativo. Entre os fatores que contribuíram para a decisão de Nyerere de deixar o poder estavam a crise econômica internacional, as consequências da guerra com a Uganda e os resultados decepcionantes do reassentamento rural como política de desenvolvimento. Seu sucessor, Ali Hassan Mwinyi, do Zanzibar, foi responsável por conduzir a transição gradual do país para uma democracia multipartidária e para o abandono da política de socialismo africano das décadas anteriores em favor dos “ajustes estruturais” e da liberação econômica.

Atualmente, a Tanzânia é um país com baixos índices de desenvolvimento e uma economia predominantemente agrária. No entanto, o fortalecimento da cooperação com a China (que desde a década de 1960 foi um importante parceiro político e comercial) abre novas possibilidades de investimento (VISENTINI, 2018). O legado de Nyerere ainda é muito presente na vida política tanzaniana, visto que, mesmo em um quadro multipartidário, o partido dominante do país ainda é o Partido da Revolução (CCM ou Chama Cha Mapinduzi em suaíli), fundado em 1977 a partir da fusão do TANU com o Partido Afro-Shirazi do Zanzibar. Para além do partido, Nyerere é respeitado nacionalmente, sendo referido pelo nome Mwalimu, palavra suaíli que significa professor. Seu legado para a Tanzânia é de um país diverso e sem conflitos étnicos, cujas bases foram criadas nos primeiros anos da independência.

6 REFERÊNCIAS:

ADOTEY, Edem. An imaginary line? Decolonisation, bordering and borderscapes on the Ghana – Togo border. **Third World Quarterly**, V.42, N.5, p. 1069-1086, 2021

AGAFÓNOV, V. **O Marxismo-Leninismo sobre a Via Não Capitalista de Desenvolvimento**. Moscou: Editora Progresso, 1984.

AHLMAN, Jeffrey S. **Living with Nkrumahism: Nation, State and Pan-Africanism in Ghana**. Ohio University Press, Athens, 2017.

AHLMAN, Jeffrey S. Road to Ghana: Nkrumah, Southern Africa and the Eclipse of a Decolonizing Africa. **Kronos**, Cidade do Cabo, V. 37, 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S025901902011000100003. Acesso em: 27 de dezembro de 2020.

ALVAREZ COSTA, María Elena. **Africa Subsahariana: sistema capitalista y relaciones internacionales**. 1ª Edição, Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2011.

AMIN, Samir. **Maldevelopment: anatomy of a global failure**. Cape Town: Pambazuka Press, 2011.

ARHIN, Kwame. The Search for “Constitutional Chieftaincy”. In: ARHIN, Kwame (Editor). **The Life and Work of Kwame Nkrumah**. Accra: SEDCO Publishing Limited, 1991.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Contraponto Ed. UNESP., 2006

ASAMOAHA, Obed. Nkrumah’s Foreign Policy (1951-1966). In: ARHIN, Kwame (Editor). **The Life and Work of Kwame Nkrumah**. Accra: SEDCO Publishing Limited, 1991.

ASANTE, K.B. Nkrumah and State Enterprises. IN: ARHIN, Kwame (Editor). **The Life and Work of Kwame Nkrumah**. Accra: SEDCO Publishing Limited, 1991.

ASANTE, S.; CHANAIWA, David. O Pan-africanismo e a Integração Regional. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (Org.) **História Geral da África - VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2011

ASANTE, Charles. **Ghana's Foreign Policy Post-Independence: A Study of Kwame Nkrumah's Pan-Africanism**. 243 p. Tese (Doutorado). Universidade de Griffith, Queensland, 2018. Disponível em: <https://research-repository.griffith.edu.au/handle/10072/385870>. Acesso em: 20 de dezembro de 2020.

ASANTE, Charles. Ghana and the United Nations' 1960 mission in the Congo: A Pan-African explanation. **Third World Quarterly**, V.41, N.3, p.470-486, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01436597.2019.1678383>. Acesso em 15 de dezembro de 2020.

BAKARI, Mohammed; MAKULILO, Between Confusion and Clarity: Rethinking the Union of Tanganyika and Zanzibar after 50 Years. **The African Review: A Journal of African Politics, Development and International Affairs**, Vol. 41, No. 1, p.1-34, 2014.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BETTS, Raymond F. A dominação europeia: métodos e instituições IN: BOAHEN, Albert Adu. **História Geral da África, VII: A África sob dominação colonial 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2010

BJERK, Paul. **Building a peaceful nation: Julius Nyerere and the establishment of sovereignty in Tanzania, 1960-1964**. Rochester, NY: University of Rochester Press, 2018.

BOUKARI-YABARA, Amzat. **Africa Unite: une histoire du panafricanisme**. Éditions La Découverte, Paris, 2017.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII: O tempo do mundo**. Vol. 3. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BRUCAN, Silviu. **La Disolución del Poder: sociología de las relaciones internacionales y políticas**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 1974.

BUAH, F.K. **A History of Ghana**. Oxford: Macmillan Education, 1998.

CAMPBELL, Horace. Julius Nyerere: between state-centred and people-centred Pan-Africanism. IN: CHACHAGE, Chambi; CASSAM, Annar. **Africa's Liberation: The legacy of Nyerere**. Kampala, Pambazuka Press, 2010.

CASTELLANO DA SILVA, Igor. **Congo, a Guerra Mundial Africana: conflitos armados, construção do estado e alternativas para a paz.** Porto Alegre, Série Africana, CEBRAFRICA, 2012.

CHACHAGE, Chambi S.; CHACHAGE, Seithy L. Chachage. Nyerere: Nationalism and Post-Colonial Developmentalism. **African Sociological Review.** CODESRIA, v.8, n.2, p.158-179, 2004.

CHAZAN, Naomi et al. **Politics and Society in Contemporary Africa.** 3rd ed. Boulder: Lynne Rienner, 1999.

CLAPHAM, Christopher. **Africa and the international system: the politics of state survival.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996

DADSON, J.A. Agricultural Development Strategy under Nkrumah. IN: ARHIN, Kwame (Editor). **The Life and Work of Kwame Nkrumah.** Accra: SEDCO Publishing Limited, 1991.

DARKO, Asamoah S. The development and patterns of manufacturing industries in Ghana (1951-1965). IN: ARHIN, Kwame (Editor). **The Life and Work of Kwame Nkrumah.** Accra: SEDCO Publishing Limited, 1991.

ELAIGWU, J. Isawa; MAZRUI, Ali A. Construção da nação e evolução das estruturas políticas. In.: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (Org.) **História Geral da África - VIII: África desde 1935.** Brasília: UNESCO, 2011.

FANON, Frantz. **Les damnés de la terre.** Paris: Éditions La Découverte & Syros, 2002.

FULLER, Harcourt. **Building the Ghanaian Nation State: Kwame Nkrumah's Symbolic Nationalism.** Palgrave Macmillan, Londres, 2014.

GONZÁLES, Yoslán Silverio. **África Occidental: Crisis vs. Estabilidad Política.** Palmarinca e CEBRAFRICA, Porto Alegre, 2018.

GRILLI, Matteo. **African Liberation and Unity in Nkrumah's Ghana: A Study of the Role of "Pan African Institutions" in the Making of Ghana's Foreign Policy, 1957-1966.** 277 p. Tese (Doutorado). Universidade de Pavia, Roma, 2015. Disponível em: <https://scholarlypublications.universiteitleiden.nl/access/item%3A2873641/view>. Acesso em: 22 de dezembro de 2020.

HALLIDAY, Fred. **Rethinking International Relations**. Basingstoke, Hampshire: Macmillan, 1994.

HARRIS, Joseph E.; ZEGHIDOUR, Slimane. A África e a diáspora negra. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (Org.) **História Geral da África - VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2011.

HERBST, Jeffrey. **States and Power in Africa: comparative lessons in authority and control**. Princeton: Princeton University, 2000.

JINGU, Jhon. The Union of Tanganica and Zanzibar: In search of a viable structure. **The African Review: A Journal of African Politics, Development and International Affairs**, Vol. 41, No. 1, p.1-34, 2014.

KANTER, Marcelo de Mello. **Política Externa e Integração na África Oriental: Um estudo sobre Uganda, Tanzânia e Quênia**. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais), Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p.150, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/132967>. Acesso em: 17 de dezembro de 2021.

KAPINGA, Wilbert B.L. State Control of the Working Class Through Labour Legislation. IN: SHIVJI, Issa G. **The State and The Working People in Tanzania**. Dakar: Council for the Development of Social Sciences Research in Africa (CODESRIA), 1986.

KARBO, Tony; MURITHI, Tim (Edts.). **The African Union: autocracy, diplomacy and peacebuilding in Africa**. Cape Town: Centre for Conflict Resolution; Londres: I.B. Tauris, 2019.

KIRCHHERR, E.C. Tema (1951-1962): The evolution of a planned city in West Africa. **Urban Studies**. V.5, n.2, p.207-217, 1968.

KODJO, Edem; CHANAIWA, David. Pan-africanismo e libertação. In.: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (Org.) **História Geral da África - VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2011.

MAXON, Robert M. **East Africa: an Introductory History**. Morgantown, West Virginia University Press, 2009.

MIESCHER, Stephan. Building the city of the future: Visions and Experiences of Modernity in Ghana's Akosombo Township. **The Journal of African History**, Cambridge University Press. V.53, p. 3, p.367-390, 2012.

MUGOMBA, Agrippah, T. Regional Organizations and African Underdevelopment: The Collapse of the East African Community. **The Journal of Modern African Studies**. Vol. 16, No. 2 p. 261-272, 1978

MWAKIKAGILE, Godfrey. **Tanzania under Mwalimu Nyerere**: Reflections of an African Statesman. Dar Es Salaam, New Africa Press, 2006.

NABUDERE, Wadada D. Tanzania and Regional Integration in East Africa: Old and New Patterns. **The African Review: A Journal of African Politics, Development and International Affairs**, Dar Es Salaam, Vol. 8, No. 1/2 p. 124-155, 1978.

NINSIN, Kwame A. The Nkrumah Government and the Opposition on the Nation-State: Unity vs. Fragmentation. In: ARHIN, Kwame (Editor). **The Life and Work of Kwame Nkrumah**. Accra: SEDCO Publishing Limited, 1991.

NKRUMAH, Kwame. **Africa must unite**. London: PANAF, 2007.

NKRUMAH, Kwame. **Class Struggle in Africa**. New York: International Publishers, 1970.

NKRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo último estágio do imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

NKRUMAH, Kwame. O Socialismo Africano Revisitado. IN: MANOEL, Jones; LANDI, Gabriel. **Revolução Africana: uma antologia do pensamento marxista**. São Paulo, Autonomia Literária, 2020.

ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA. **Carta de criação da Organização da Unidade Africana**. Addis Ababa, 1963. Disponível em: https://au.int/sites/default/files/treaties/7759-file-oau_charter_1963.pdf. Acesso em: 20 dezembro de 2020.

OTHMAN, Haroub. Mwalimu Julius Nyerere: an intellectual in power. IN: CHACHAGE, Chambi; CASSAM, Annar. **Africa's Liberation: The legacy of Nyerere**. Kampala, Pambazuka Press, 2010.

MWAKIKAGILE, Godfrey. **Tanzania under Mwalimu Nyerere: Reflections on an African Statesman**. Dar es Salaam, New Africa Press, 2006.

NYERERE, Julius. Freedom and Development. IN: Freedom and Development **Uhuru na Maendeleo. A selection from Writing and Speeches (1968-1973)**. Dar es Salaam, Oxford University Press, 1973.

NYERERE, Julius K. **Freedom and Unity/Uhuru na Umoja: A Selection from Writings and Speeches, 1952-1965**. Londres, Oxford University Press, 1967.

NYERERE, Julius. Socialism and Rural Development. IN: **Ujamaa: Essays on Socialism**. Dar es Salaam, Oxford University Press, 1968.

NYERERE, Julius. Socialism is not racialism. IN: **Ujamaa: Essays on Socialism**. Dar es Salaam, Oxford University Press, 1968.

NYERERE, Julius. Ujamaa – The Basis of African Socialism. IN: **Ujamaa: Essays on Socialism**. Dar es Salaam, Oxford University Press, 1968.

NYERERE, Julius K. The Dilemma of the Pan-Africanist. **Black Past**. Disponível em: <https://www.blackpast.org/global-african-history/1966-julius-kambarage-nyerere-dilemma-pan-africanist/>. Acesso em 13 de janeiro de 2021.

OTHMAN, Haroub. Mwalimu Julius Nyerere: an intellectual in power. IN: CHACHAGE, Chambi; CASSAM, Annar. **Africa's Liberation: The legacy of Nyerere**. Kampala, Pambazuka Press, 2010.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. África pré-colonial: ambiente, povos e culturas. In.: VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos africanos**. Petrópolis: Vozes, 2020.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; KOWALSKI Camila Castro; PAGLIARINI, Carla Márcia. Libertação Nacional e Construção de uma Agenda Continental Africana: Kwame Nkrumah e a formação da Organização da Unidade Africana. **Revista Conjuntura Internacional**, Belo

Horizonte, V.16, N.2, p.25-32, 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/conjuntura/article/view/19901>

Acesso em: 15 de dezembro de 2020.

RAY, I. Donald. **Ghana: Politics, Economics and Society**. Marxist Regimes Series. Londres: Frances Pinter, 1986

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. Da conquista europeia à descolonização. IN: VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos africanos**. Petrópolis: Vozes, p.57-p.104, 2020

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Lisboa: Seara Nova, 1975.

SAMOFF, Joel. Crises and Socialism in Tanzania. **The Journal of Modern African Studies**. Cambridge University Press. V.19, N.2, p.279-306, julho de 1981.

SAMOFF, Joel. Class, Class Conflict and the State in Africa. **Political Science Quarterly**. The Academy of Political Science, Stanford. V.97, n.1, p.105-127, 1982.

SANDERS, Ethan R. Conceiving the Tanganyica Zanzibar Union in the Midst of the Cold War: Internal and International Factors. **The African Review: A Journal of African Politics, Development and International Affairs**, Vol. 41, No. 1, p.1-34, 2014.

SATHYAMURTHY, T.V. Tanzania's Non-Aligned Role in International Relations. **India Quarterly**, V.37, n.1, p. 1-23, 1981.

SCHMIDT, Elizabeth. **Foreign Intervention in Africa: from the Cold War to the War on Terror**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

SCHNEIDER, Leander. Liberating development? Rule and liberation in post-independence Tanzania. **Journal of Contemporary African Studies**. V.32, n.3, p. 319-330, 2014. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02589001.2014.956502>. Acesso em 6 de janeiro de 2022.

SCHNEIDER, Leander. Freedom and Unfreedom in Rural Development: Julius Nyerere, Ujamaa Vijijini and Villagization. **Canadian Journal of African Studies**. V.38, n.2, p.344-

392, 2013. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/4107304?seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso em 6 de janeiro de 2022.

SHIVJI, Issa G. **Class Struggle in Tanzania**. Nova York, Monthly Review Press, 1976

SHIVJI, Issa G. Nationalism and Pan-Africanism: decisive moments in Nyerere's intellectual and political thought. **Review of African Political Economy**. V. 39, n. 131, p. 103–116, 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03056244.2012.662387>. Acesso em 19 de janeiro de 2021.

SHIVJI, Issa. **Pan-Africanism and the Challenge of East African Community Integration**. Paper presented at the EAC 10th Anniversary Symposium, 13-14, Arusha, Tanzania, 2009. Disponível em: <https://www.pambazuka.org/pan-africanism/pan-africanism-and-challenge-east-africancommunity-integration>. Acesso em 15 de outubro de 2021.

SHIVJI, Issa. Pan-Africanism or Pragmatism? Lessons of the Tanganica-Zanzibar Union. **Dar es Salaam**, Mkuki na Nyota Publishers, 2008.

TANGANICA AFRICAN NATIONAL UNION. Arusha Declaration, 1976. IN: NYERERE, Julius. **Ujamaa: Essays on Socialism**. Dar es Salaam, Oxford University Press, 1968.

TARIMO, Elias C.J; REUBEN, Neville Z. The Role of the OAU Liberation Committee in the South African liberation struggle. **The Thinker**, V. 55, p. 55-61, 2013.

TAYLOR, Ian. **The International Relations of Sub-Saharan Africa**. Londres: Continuum, 2010

THOMPSON, Scott W. **Diplomacy, Ideology and the New State**. Princeton University Press, Princeton New Jersey, 1969.

TWADDLE, Michael. África Oriental. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (Org.) **História Geral da África - VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2011

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África na política internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial**. Curitiba: Juruá, 2012

VISENTINI, Paulo Fagundes. Da marginalização ao “renascimento africano”. In.: VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos africanos**. Petrópolis: Vozes, 2020.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **Guia da Política Externa dos Estados Africanos**. Série Estratégia, Defesa e Relações Internacionais. Porto Alegre, Editora Palmarinca, 2018.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia**. Coleção Revoluções do Século XX. Editora UNESP, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Africa: the politics of independence and unity**. Lincoln, Neb.; Chesham: University of Nebraska Press, 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. Class and Class-Conflict in Contemporary Africa. **Canadian Journal of African Studies**. vol. VII, nº3, 1973.

YOUSUF, Hilmi. The OAU and the African Liberation Movement. **Pakistan Horizon**, Vol. 38, No. 4, 1985.